



# RIBEIRÃO PRETO PLANO DE CIDADE



2024

# EDUCAÇÃO



Metas 13 e 14





# SUMÁRIO EXECUTIVO

O ensino na rede municipal de Ribeirão Preto está aquém do potencial de uma cidade com sua relevância política, social e cultural no país, sendo sede de uma Região Metropolitana com 34 municípios e o 29º maior PIB nacional, além de ser uma referência universitária.

Apesar dessa grandeza, os nossos indicadores educacionais são preocupantes. É o que detalha o presente estudo, conduzido pelo Instituto Ribeirão 2030, uma organização da sociedade civil dedicada ao desenvolvimento de Ribeirão Preto, e que destaca os desafios educacionais enfrentados pela cidade.

## **Destaques do levantamento:**

### **1. Desafios nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):**

Houve uma melhora significativa na qualidade da educação aferida pelo IDEB em 2011, seguida por estagnação nos anos seguintes e retrocesso a partir de 2019.

Em 2011, Ribeirão Preto liderou o aprendizado em Português e Matemática entre cidades paulistas de porte semelhante, mas em 2019 e 2021, teve o pior desempenho desse grupo no IDEB.

Em 2021, 26% dos alunos tiveram aprendizado insuficiente em Matemática

e 41% básico, enquanto apenas 27% foram considerados proficientes e 7% avançados.

Em 2011 e 2013, cinco escolas municipais de Ribeirão Preto estavam entre as mil melhores do país no IDEB, mas desde 2017, nenhuma figura nesse grupo.

No IDEB de 2021, as duas melhores escolas municipais de Ribeirão Preto ocuparam apenas o 2.847º lugar no ranking nacional de escolas municipais, caindo para a 3.653ª posição se considerarmos também a rede estadual no país.

### **2. Desafios nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano):**

O IDEB de 2021 dos Anos Finais apresentou melhora artificial, devido à aprovação automática dos estudantes durante a pandemia. Além disso, poucas escolas (justamente as melhores na prova de 2019), tiveram número expressivo de alunos prestando a prova.

Os alunos dos Anos Finais tiveram um avanço notável em Matemática e Português em 2015, sendo o ponto mais alto da série histórica de 2005 a 2021. Desde então, o aprendizado caiu e não recuperou o patamar anterior.

### **3. Relação entre aprendizado e desigualdades socioeconômicas. O desempenho educacional é mais baixo em áreas socialmente vulneráveis.**

Há desigualdades significativas de aprendizado e socioeconômicas dentro da própria rede escolar, com escolas em bairros de classe média apresentando desempenho 43% superior às localizadas na periferia (IDEB 2021, Anos Iniciais).

### **4. Outros achados**

Ribeirão Preto tem um alto percentual de professores temporários em comparação com outras cidades paulistas de porte semelhante.

Os investimentos em formação continuada do corpo docente são insignificantes em relação ao orçamento da Secretaria de Educação.

Em 2022, somente 0,002% (R\$13.050,00) do orçamento da pasta foi destinado especificamente para essa ação, com rubrica própria no orçamento. Em 2021, não houve sequer uma dotação específica para formação continuada na execução orçamentária da pasta.

Os vencimentos dos professores estatutários são consideráveis. Para professores de disciplinas específicas da segunda etapa do fundamental, a remuneração média está acima de R\$10 mil mensais.

A qualidade da equipe gestora de cada escola é essencial para o bom desempenho dos alunos.

#### **Propostas para mudança**

O presente estudo não visa responsabilizar ou constranger os gestores municipais e profissionais da educação. Sabemos que problemas complexos são decorrentes de causas multifatoriais e que, na maioria das vezes, extrapolam o mandato de um governante.

Tampouco desejamos que esse material seja um ponto de chegada, mas sim um ponto de partida para a construção coletiva de políticas públicas educacionais que resultem em uma melhora contínua e consistente dos níveis de aprendizado ao longo do tempo. Entendemos que a construção de políticas efetivas e eficientes deriva do envolvimento da sociedade, devendo ser objeto de amplo debate.

Considerando esses e outros achados relevantes, o Instituto Ribeirão 2030 propõe cinco pautas prioritárias para a educação municipal local:

**Pauta 1.** Conclusão e implementação do Plano Municipal da Primeira Infância.

**Pauta 2.** Elaboração de um planejamento estratégico para a gestão da equidade.

**Pauta 3.** Criação e implementação de um plano de formação continuada adaptado às diversas realidades dos profissionais da educação.

**Pauta 4.** Desenvolvimento da equipe da Secretaria para desafios da gestão.

**Pauta 5.** Implementação de uma política de monitoramento e transparência, que permita o acompanhamento amplo dos indicadores da educação municipal e favoreça a participação democrática da comunidade escolar.

Essas propostas são essenciais para elevar o ensino em Ribeirão Preto ao padrão esperado de uma cidade com nosso perfil. Elas foram elaboradas com base nos dados oficiais mais atualizados (disponíveis até dezembro de 2023) e consultas a especialistas, visando o aperfeiçoamento das políticas públicas educacionais nos próximos anos.

A seguir, os achados apresentados aqui de forma preliminar serão destrinchados e elucidados. Desejamos uma boa leitura!

# SUMÁRIO

- 1. Introdução 6
- 2. Apresentação 7
  - 2.1 Meta 13 - Priorizar a Primeira Infância 7
  - 2.2 Meta 14 - Melhorar os Indicadores da Educação 11
- 3. Para conhecer a Rede Municipal de Ensino de Ribeirão Preto 12
  - 3.1 Panorama Geral 12
    - 3.1.1 Tempo Integral 14
    - 3.1.2 Contexto Orçamentário Interno 14
      - 3.1.2.1 Educação no orçamento de Ribeirão Preto 14
      - 3.1.2.2 Educação Infantil à frente 14
    - 3.1.3 Cumprindo a Constituição 16
    - 3.1.4 Ribeirão Preto em relação a outras cidades 16
      - 3.1.4.1 Custo Aluno 17
      - 3.1.4.2 Custo Professor/Aluno 18
    - 3.1.5 Formação de Professores 22
- 4. Os índices da rede municipal 25
  - 4.1 Anos Iniciais (1º ao 5º ano) 26
    - 4.1.1 Série história e contextos 26
    - 4.1.2 Para entender melhor 26
      - 4.1.2.1 Para debater o Ideb de Ribeirão Preto 29
      - 4.1.2.2 Competências 30
      - 4.1.2.3 Comparativo com estados 30
      - 4.1.2.4 Desigualdade na rede 32
      - 4.1.2.6 Queda generalizada 34
      - 4.1.2.6 Longe das melhores 35

4.2 Anos Finais (6º ao 9º ano)	36
4.2.1 Série histórica e contexto	36
4.2.2 Aprendizado adequado	39
4.2.3 Fator socioeconômico	41
4.2.4 Dupla penalidade	46
4.3 Pesquisas da Cátedra do Instituto de Estudos Avançados (IEA)	47
4.4 Equidade como tema central	48
4.5 Sobre os saberes dos docentes	53
4.6 A contribuição da gestão	55
5. Detalhamento das 5 pautas para Educação pública de Ribeirão Preto	56
5.1 Pauta 1. Conclusão, aprovação e implementação do Plano Municipal da PRIMEIRA INFÂNCIA.	56
5.2 Pauta 2. Planejamento Estratégico para a Gestão da EQUIDADE.	57
5.3 Pauta 3. Elaboração do Plano de FORMAÇÃO CONTINUADA.	58
5.4 Pauta 4. DESENVOLVIMENTO da equipe da Secretaria para DESAFIOS DA GESTÃO.	59
5.5 Pauta 5. POLÍTICA DE MONITORAMENTO E TRANSPARÊNCIA.	60

# I. INTRODUÇÃO

O Instituto Ribeirão 2030, em atividade desde 2018, com suas representações individuais e coletivas, sabe, como não poderia deixar de ser, que o poder público institucionalizado deve e precisa fazer a gestão da cidade em parceria com as organizações que se consolidam como espaços de participação social e de voluntariado. Essa prática está prevista no estado democrático e de direito constituído no Brasil enquanto um modelo de nação. E é a partir dessa premissa que o Ribeirão 2030 vem, desde sua fundação, atuando como um centro de debate sobre a realidade local e se habilitando como um núcleo defensor de políticas colaborativas apresentadas para impulsionar o desenvolvimento social e econômico de Ribeirão Preto.

O Instituto não o faz na soberba de ser impositivo, pois é ciente de seu papel. Atua, assim, de modo proativo, conciliador e articulador, em especial das relações importantes e necessárias entre poder político e sociedade organizada.

E é a partir deste lugar de fala que o Instituto Ribeirão 2030 investiu trabalho, recurso e muito comprometimento de equipe, na elaboração de um Plano de Cidade propositivo, pensado para a década de 2020/2030, com a participação ativa de outras 27 instituições. Organizado em quatro eixos: (1) Modernização da gestão; (2) Desenvolvimento Econômico; (3) Políticas Sociais e (4) Políticas Urbanas e Ambientais, o documento defende 30 metas, propõe 181 estratégias e mais de 300 ações.

Quatro anos depois, o Plano de Cidade segue atualizado enquanto proposta temática, ainda que alterado pelas variações de dados, para melhor ou para pior.

Pautado na certeza de que análises como essas, produzidas pelo Ribeirão 2030, são sempre a favor da cidade de Ribeirão Preto, o Instituto avança, em 2024, com foco no Eixo 3 – Políticas Sociais, e atenção específica nas metas 13 e 14, diretamente relacionadas à Educação.

Assim o faz em consonância com seus membros e mantenedores que elegeram a pauta da Educação como a mais importante, neste momento histórico, pós pandemia, asseverando ser somente a partir da oferta do ensino com qualidade que Ribeirão Preto vencerá seus embates sociais.

Oportuno, para seguir, retomar à Meta 13 - Priorizar a Primeira Infância, que reivindicava, na ocasião de sua escrita, a conclusão do Plano Municipal para a Primeira Infância. O documento não foi finalizado até dezembro de 2023. Vale creditar a iniciativa da Secretaria da Assistência Social, em agosto do mesmo ano, com uma produção coletiva de versão liderada pela pasta. Esse avanço é importante, mas não cumpre a função proposta pelo Plano de Cidade, que focava na interação das várias áreas de atendimento a esse público. O 2030 reivindicava também a implementação do Plano até dezembro de 2021 de maneira articulada entre todas as áreas afins, com destaque para Educação, Saúde e Assistência Social.

A Meta 14 - Melhorar os indicadores da Educação, requeria, em 2019, a diminuição, gradativamente, da desigualdade entre os estudantes das escolas públicas das redes municipal e estadual, de maneira que em 2030 os índices de aprendizagem e os indicadores de qualidade estivessem em concordância com as metas individuais por escola, a serem estabelecidas até dezembro de 2021.


Com base nestas duas metas, o Instituto Ribeirão 2030 deriva para um novo documento, com especificidade e detalhamento, atualizando o conhecimento compartilhado em 2020 e fazendo propostas de políticas educacionais, que ocuparão a agenda do Instituto com prioridade.

O Plano de Cidade – Educação, ao absorver o conteúdo do documento de 2020, reorganizado a partir do aprendizado adquirido e da atualização dos dados, apresenta 5 PAUTAS para a educação pública municipal objetivando contribuir para o desenvolvimento equitativo da cidade.

## 2. APRESENTAÇÃO

### 2.1 META 13 DO PLANO DE CIDADE (2020) PRIORIZAR A PRIMEIRA INFÂNCIA

**Pauta 1.** Conclusão e implementação do **Plano Municipal da PRIMEIRA INFÂNCIA**, com previsão de políticas integradas e articuladas com as áreas da saúde e da assistência social. Que o referido plano apresente propostas para zerar a fila de espera de demanda pública por creche e pré-escola em Ribeirão Preto, institucionalizando instrumentos eficientes de medição da qualidade do serviço educacional ofertado para esse público.



Embora a Pauta 1 derive diretamente da Meta 13 do Plano de Cidade, é válido concluir que as 5 pautas são totalmente transversais, o avanço de uma implicará na melhoria de outra. Às vezes essa relação é tão intrínseca que o não progresso simultâneo das pautas inviabiliza o cumprimento de todas elas. Trata-se de uma proposta orgânica e estrategicamente abrangente.

#### POR QUE PRIORIZAR A PRIMEIRA INFÂNCIA?

Com base nas contribuições da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, entidade que atua há mais de 50 anos em defesa das políticas de atendimento e valorização da primeira infância, compreendida do nascimento ao sexto ano, se pode afirmar que as experiências, descobertas e afeto recebido nesta faixa etária são levados para o resto da vida, impactando diretamente no desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social das crianças, alargando ou estreitando as janelas de oportunidade.

Pesquisas nesta área apontam que ao mudar o começo da vida é possível mudar a vida toda, com indicadores claros de melhores resultados na fase escolar e nos relacionamentos sociais. Quando as crianças são privadas de atendimento adequado neste período, um dos prejuízos imediatos é a dificuldade de aprendizagem em etapas futuras. Essa assertiva é estruturante na sustentação das propostas que neste documento serão apresentadas.

A Fundação Cecília Vidigal apresenta resultado de pesquisa afirmando que cada 1 dólar investido na primeira infância gera retorno de 7 dólares à sociedade, indicando a necessidade de comprometimento no momento de destinação de recursos para as políticas públicas municipais. Mas é importante avaliar que pelas condições estruturais exigidas e pela concentração de recursos humanos, a educação infantil, como acontece em Ribeirão Preto, normalmente já lidera a planilha de custos. O importante, nesse caso, são avaliações profundas sobre a qualidade da gestão dos referidos recursos.

Desde que por regulamentação nacional o atendimento às crianças de 0 a 6 anos deixou de ser prática da Assistência Social e passou para a Educação, as secretarias nos municípios vêm promovendo adequação nos seus modelos de atendimento pedagógico e estrutural. Entretanto, instrumentos acanhados de avaliação, quando não a total ausência de monitoramento, dificultam as análises de resultados e, a partir disso, comprometem os processos de qualificação das políticas implementadas.

Para compreensão das informações que aqui serão compartilhadas, o art.30 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), esclarece que creches, ou entidades equivalentes, devem atender as crianças de até três anos de idade e, pré-escolas para as crianças de quatro a cinco anos.

A favor da Primeira Infância, neste período desde a publicação do Plano de Cidade, temos a já mencionada iniciativa da Secretaria de Assistência Social, que submeteu à sugestões públicas no final de 2023 o Plano Municipal para a Infância e a Adolescência (PMIA), como produto de sua aderência, em 2021, à sétima edição do programa Programa Prefeito Amigo da Criança,

iniciativa da Fundação Abrinq. Também ocorreu a aprovação da Lei Municipal nº 14.489 (2020)<sup>1</sup>, instituindo uma política municipal que, conforme artigo 1º, tem por objetivo definir princípios, diretrizes e competências em políticas públicas para a primeira infância no município de Ribeirão Preto.

No artigo 15º da referida Lei, fica estabelecido que essa política aprovada servirá como base para a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, referenciado e articulado com os planos nacional e estadual.

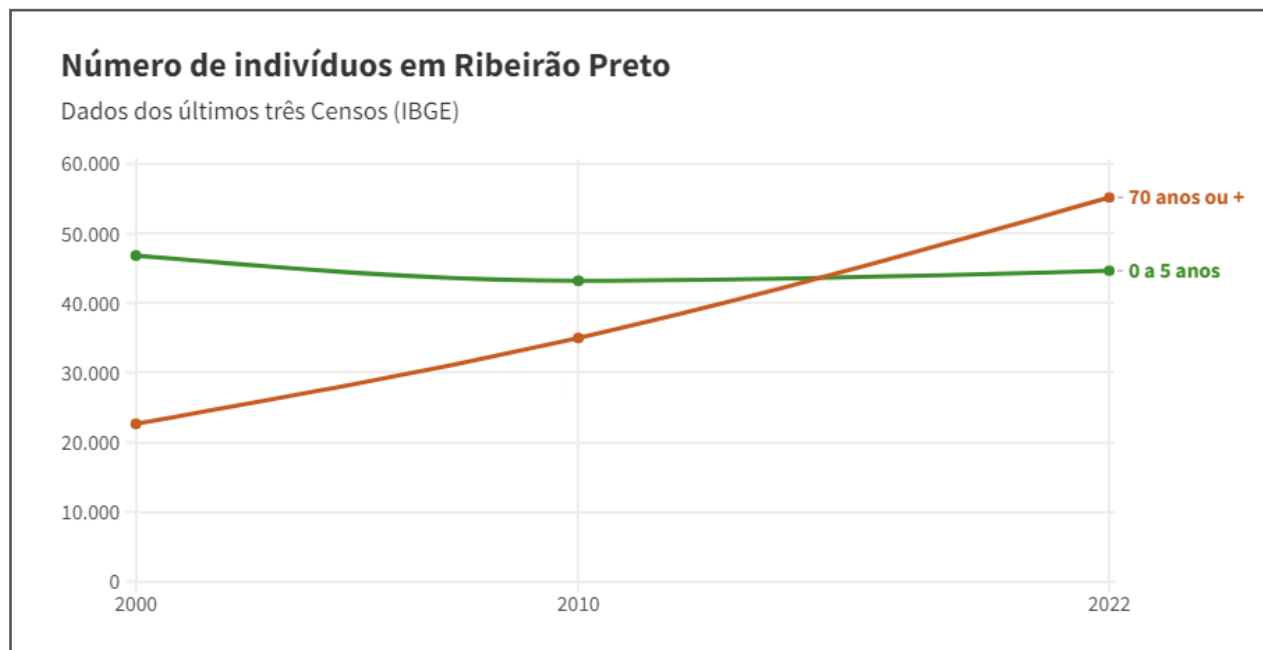
Como proposta de atendimento, a Secretaria de Educação instituiu, por resolução, em 5 de janeiro de 2022, o projeto “Criança: sujeito de direitos e desejos”, especificamente para aquele ano letivo. O documento declara que o projeto tem como objetivo priorizar a criança na centralidade de todo o processo educativo contextualizado, brincante, atuante e com potencial criador, na perspectiva do brincar e do território educativo. Embora importante, o projeto não atua como

substituto de um Plano Municipal com metas de curto, médio e longo prazo.

No artigo 8º da resolução é apresentada metodologia de autoavaliação escolar, compreendendo sete dimensões: (1) Planejamento institucional; (2) multiplicidade de experiências e linguagens; (3) interações; (4) promoção da saúde; (5) espaços, materiais e mobiliários; (6) formação e condições de trabalho dos professores e demais profissionais; (7) cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção escolar.

No planejamento de políticas públicas para a primeira infância, é essencial quantificar o universo do público-alvo e projetar a demanda futura. Nesse sentido, os dados do Censo 2022, recém-divulgados, reforçam a tendência de envelhecimento da população brasileira. Em Ribeirão Preto não é diferente. Conforme gráfico abaixo, indivíduos com 70 anos ou mais estão em ascensão, ultrapassando as crianças e bebês com até 5 anos, que estagnaram.

**Gráfico 1**



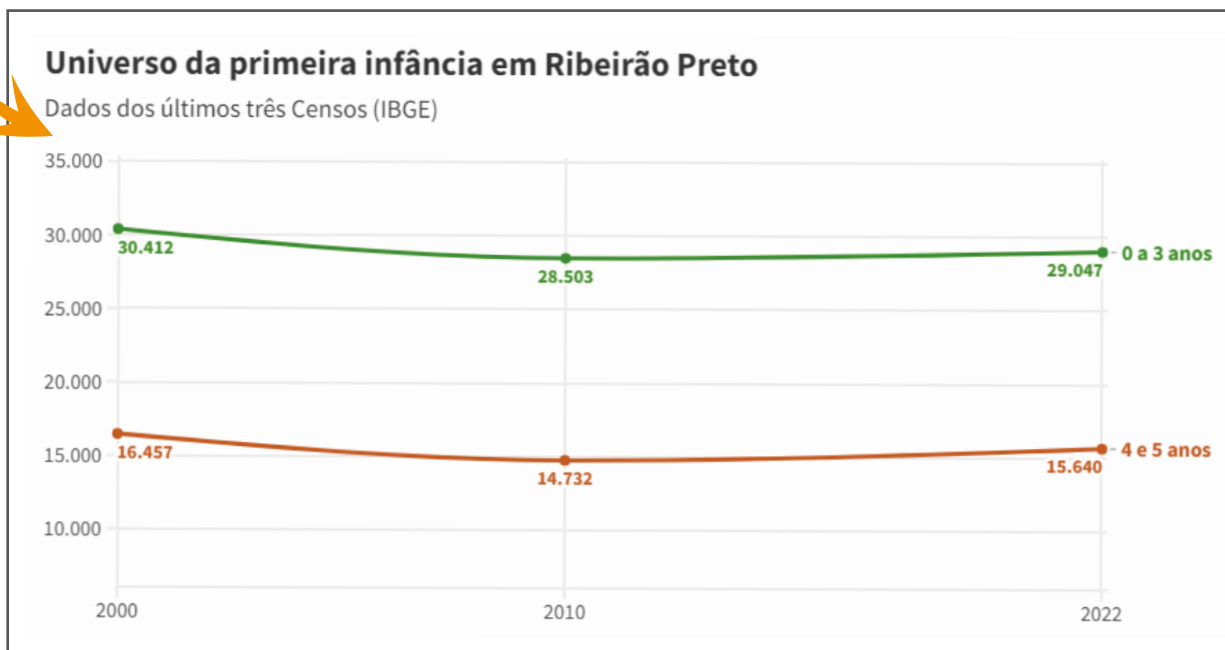
1. De autoria do vereador Marcos Papa



Em 2000, Ribeirão Preto tinha 46.869 crianças de 0 a 6 anos incompletos. Doze anos depois, o novo Censo aferiu 44.687 nessa faixa, uma redução de 5%. No mesmo período, a população com mais de 70 anos cresceu 144%. Com a consolidação da queda na taxa de natalidade, políticas públicas de expansão

da oferta de vagas em creche devem considerar que, embora hoje exista uma demanda reprimida, a tendência no longo prazo é que a mesma seja cada vez menor, fato que corrobora com a possibilidade de investimento em qualidade dos serviços ofertados.

Gráfico 2

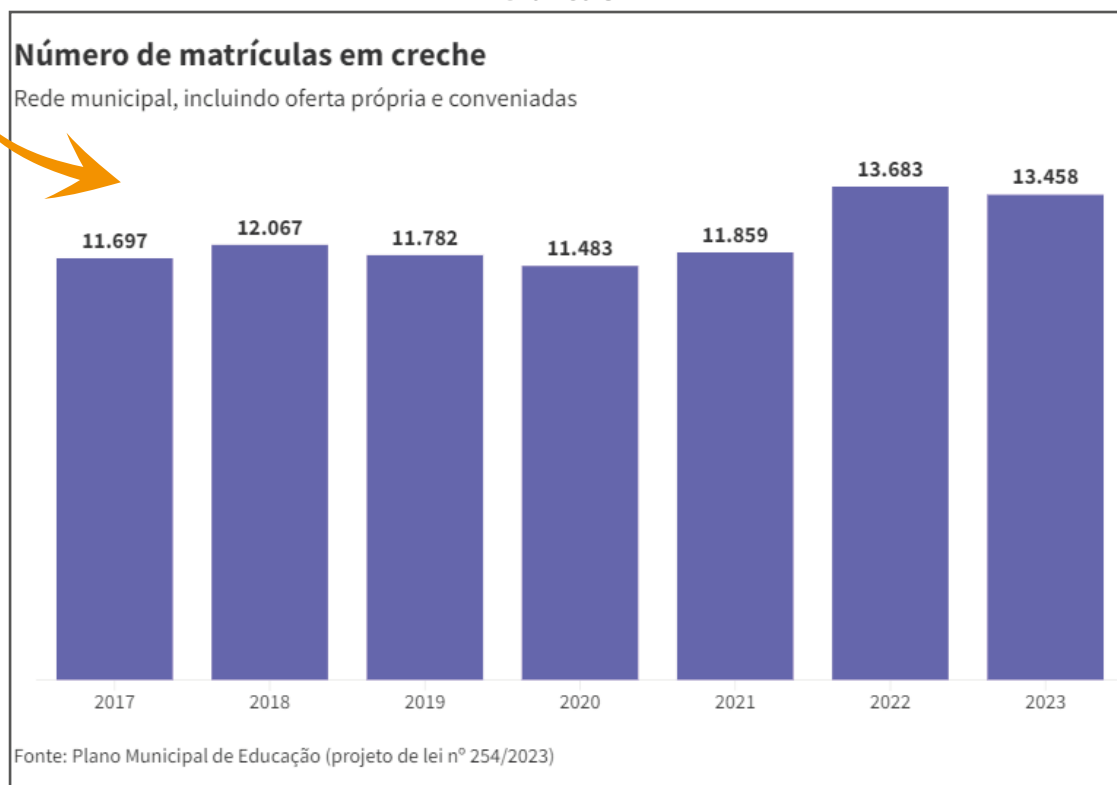


Segundo o Índice de Necessidade por Creches – INC (2019), criado pela Fundação Cecília Vidigal, 50,3% das crianças de 0 a 3 anos necessitam estar matriculadas em creches em Ribeirão Preto. Como já abordado, as políticas de primeira infância são essenciais para o desenvolvimento do indivíduo e devem ser ampliadas. O INC, entretanto, considera a necessidade de matrícula em razão da condição econômica desfavorável da família, filhos de famílias monoparentais (em especial com apenas a mãe) e filhos de mães que são economicamente ativas ou seriam, caso pudessem se dedicar ao trabalho.

Considerando apenas esses critérios, Ribeirão Preto precisaria ter ao menos 14,5 mil vagas em creches para socorro emergencial às famílias. Os dados do Censo Escolar de 2022 apontam 16,3 mil matrículas na cidade, considerando todas as redes de oferta (incluindo particular). Apenas na prefeitura (a quem cabe o principal papel de promoção de vagas na rede pública, especialmente para famílias de baixa renda) são disponibilizadas 11,6 mil vagas (sendo 8,1 mil de oferta direta e 3,5 mil por meio de 23 conveniadas).

Mediante a construção de novas escolas, ampliação das conveniadas e cumprimento de ações judiciais movidas pelo Ministério Público, a prefeitura de Ribeirão Preto tem conseguido, esporadicamente, zerar a fila de espera por vagas em alguns meses. Entretanto, a procura é contínua e a fila logo se forma novamente nos meses seguintes, acumulando centenas ou milhares de crianças. Segundo o projeto de lei nº 254/2023, que institui o Plano Municipal de Educação de Ribeirão Preto, dados de março de 2023 apontam que 12% da procura por vagas em creche não foi atendida e entrou na lista de espera, o que representa 1,8 mil crianças. Entretanto, o represamento do atendimento da demanda manifesta vem melhorando nos últimos anos, muito em função do aumento do número de oferta de matrículas pela prefeitura.

Gráfico 3

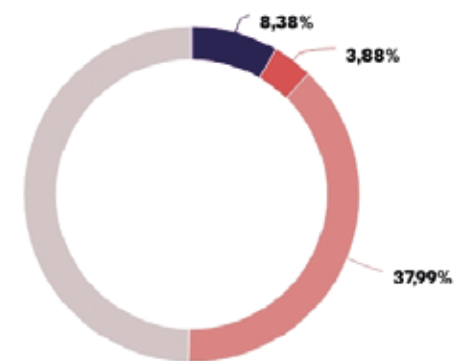


Há, ainda, a demanda potencial reprimida: famílias que sequer procuram inscrever seus filhos, pois sabem que haverá demora para disponibilização da vaga ou, então, em unidade que seja distante de sua casa ou local de trabalho. Ou, ainda, pela possibilidade de irmãos de idades distintas ficarem separados. Nesses casos, ocorre situação parecida com os desalentados, definição dada pelo IBGE às pessoas que não são consideradas formalmente desempregadas porque não estão procurando emprego - porém, apenas não o fazem porque já perderam as esperanças de serem contratadas.

Gráfico 4

**Detalhamento do Índice de Necessidade por Creche (2019)**

O INC é composto por 3 indicadores. Ele é representado pela Fórmula = (Proporção de crianças de zona urbana em famílias pobres) + (Proporção de crianças de zona não pobres em famílias monoparentais) + (Parcela da proporção de crianças de zona urbana não pobres, em famílias não monoparentais, cuja mãe é economicamente ativa ou seria economicamente ativa se houvesse vaga em creche). Recorte de Crianças de a 3 anos.



- filhos de famílias pobres residentes da zona urbana
- filhos de famílias monoparentais não pobres e da zona urbana
- filhos de mães economicamente ativas ou que o seriam, se houvesse creche

Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal | Organizado por Datapedia.info  
Nota Técnica: Para mais detalhes: <https://issuu.com/fmcsv/docs/desafio-acesso-creche-brasil>

## 2.2 META 14 DO PLANO DE CIDADE (2020) MELHORAR OS INDICADORES DA EDUCAÇÃO

Abrangente, a meta 14 do Plano de Cidade servirá de base para consolidação de quatro pautas defendidas pelo Instituto Ribeirão 2030. Para estruturar essas defesas, é fundamental a apresentação das informações apuradas pelo grupo de trabalho do Instituto.

**Pauta 2.** Criação de uma política específica para atendimento à rede municipal de ensino comprometida em diminuir a desigualdade nas aprendizagens a partir de um Planejamento Estratégico para a Gestão da **EQUIDADE**, que observe a realidade das famílias dos educandos, nas diversas etapas escolares, de maneira a fortalecer as relações das escolas com suas comunidades. Para tanto, que seja aprimorado e enriquecido os territórios educativos já criados pela secretaria e estabelecidos modelos de atendimento articulado aos demais serviços públicos inseridos na rede de apoio ao cidadão em situação de vulnerabilidade.

**Pauta 3.** Que os projetos de formação, principalmente para diretores e professores, mantidos pela secretaria municipal de educação sejam vinculados a um Plano de **FORMAÇÃO CONTINUADA**, de curto, médio e longo prazo, derivado de diagnóstico abrangente a ser realizado para identificação de demanda reprimida na área do conhecimento e experiências pedagógicas de cada unidade escolar. Que o referido plano observe as especificidades, dialogue com o território educativo e reflita as expectativas dos educadores e gestores de maneira a ser desejado e valorizado pela comunidade escolar. Metodologicamente as formações devem acontecer com prioridade nas escolas, prevendo atividades interativas e comprometidas com o Plano Político Pedagógico (PPP).



**Pauta 4. REORGANIZAÇÃO FUNCIONAL** da secretaria considerando o modelo de contratação, a fim de fortalecer a continuidade dos projetos pedagógicos implementados. Organização do quadro funcional da equipe técnica (concursados e comissionados) por habilidade necessária para a condução do plano de metas da Secretaria, tendo em vista formações específicas essenciais para o bom desenvolvimento da pasta, como: planejamento com definição de metas e indicadores da gestão; avaliação; monitoramento; gestão financeira; educomunicação; gestão de conflito, entre outras habilidades desejadas. Que desta reformulação sejam previstas avaliações contínuas de desempenho dos diretores a fim de diagnósticos frequentes e tomadas de decisão rápidas para mudanças quando necessário e fortalecimento de boas práticas quando for o caso.

**Pauta 5. POLÍTICA DE MONITORAMENTO E TRANSPARÊNCIA**, com atuação abrangente que incentive a participação democrática da comunidade escolar. Que a Secretaria da Educação realize permanente mensuração de resultados em todos os níveis: Secretaria, rede de ensino, escola, aluno, docentes. Os dados apurados devem ser amplamente publicizados e os interessados chamados a contribuir para a permanente qualificação.

# 3. PARA CONHECER A REDE DE ENSINO DE RIBEIRÃO PRETO

O conjunto de informações que trazemos a seguir é essencial para dimensionar e compreender em escala os problemas e as vantagens da rede municipal. É a partir dos dados gerais que se pode avaliar e dar ordem de grandeza quanto ao tamanho do investimento aplicado e o necessário; a quantidade de professores em relação aos alunos; entre tantas outras avaliações analíticas e comparativas.

## 3.1 PANORAMA GERAL

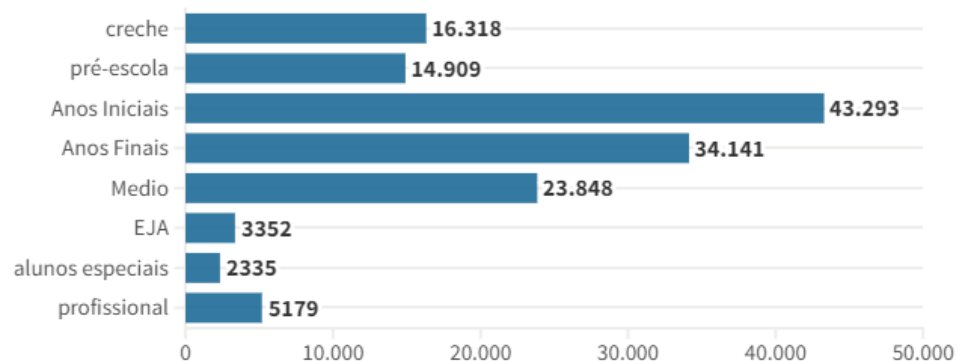
Ribeirão Preto tem **384 escolas de educação básica ativas**, segundo dados do **Censo Escolar 2022** (Inep, Governo Federal), considerando Educação Infantil (creche e pré-escola) e Ensinos Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais) e Médio. Elas estão assim distribuídas:

- 108 municipais (39.889 alunos)
- 78 estaduais (51.850 alunos)
- 197 privadas, inclusive conveniadas com poder público (48.735 alunos)



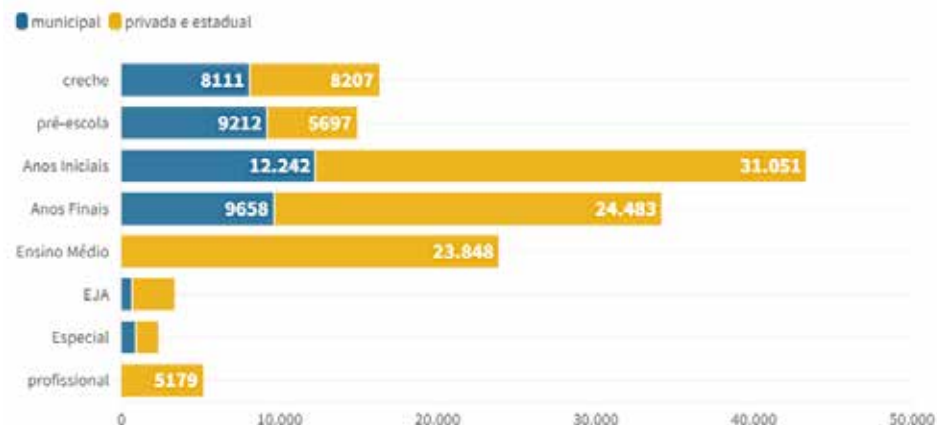
Destruindo o município, tanto na rede pública quanto privada, temos a seguinte distribuição de matrículas no ano de 2022:

Gráfico 5



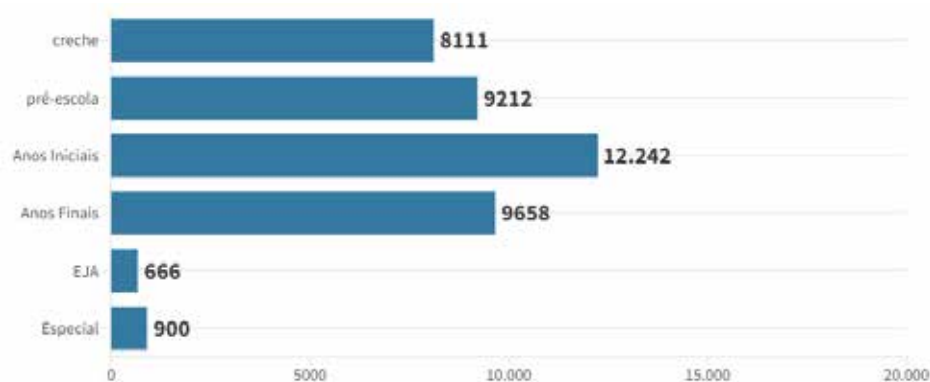
A **rede municipal** representa diretamente (sem considerar as privadas conveniadas à prefeitura) **28% no total de matrículas do município**, se destacando principalmente na oferta do Ensino Infantil, onde fornece **50% da oferta em creches e 62% na pré-escola no ano de 2022**.

Gráfico 6



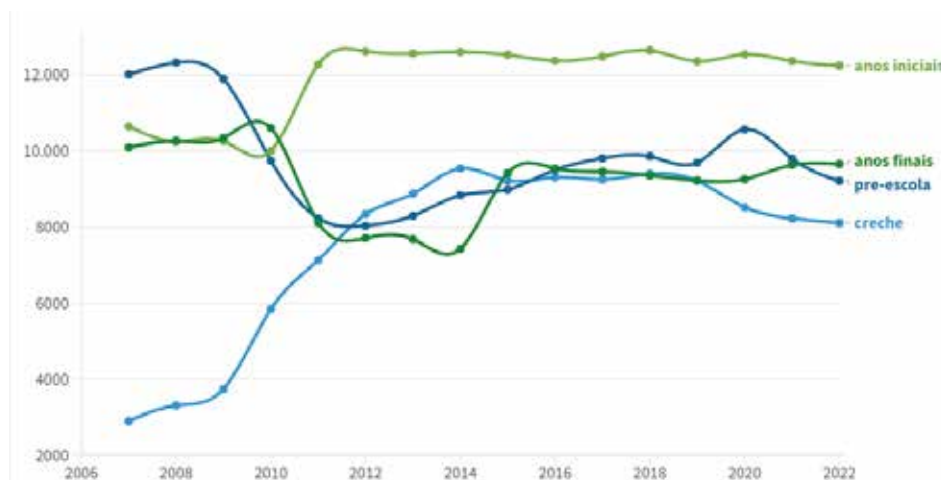
Considerando apenas a **oferta direta da rede municipal** (excluindo conveniadas), temos a seguinte distribuição de **matrículas em 2022**, ainda segundo dados do **Censo Escolar**:

**Gráfico 7**



Na série histórica de 2006 a 2022, apenas na oferta direta da rede municipal (excluindo conveniadas), verifica-se um considerável crescimento das vagas em creche entre 2009 e 2015, seguida por estabilização e posterior queda.

**Gráfico 8**



Abaixo, para conhecimento, as cinco escolas da prefeitura com maior número de matrículas, considerando Educação Infantil e Ensino Fundamental, segundo o Censo Escolar 2022:

**Tabela 1: Escolas e números de matrículas**

Escola	Bairro	Matrícula
Alfeu Luiz Gasparini	Ipiranga	1.281
Jaime Monteiro de Barros	Jd. Aeroporto	1.219
Waldemar Roberto	Antônio Palocci	1.052
Neuza Michelutti Marzola	Vila Virgínia	1.021
Eduardo Romualdo de Souza	Vila Virgínia	1.007

Em relação às escolas conveniadas, segundo o Censo Escolar 2022, o município de Ribeirão Preto tinha convênio ou parceria com 24 instituições privadas para oferta de vagas na educação básica. Ao todo, essas escolas matricularam 4.668 alunos, sendo 3.503 em creches, 1.060 em pré-escola e 105 no Ensino Fundamental. Esse total inclui ofertas específicas para a prefeitura e, também, vagas abertas mediante filantropia. A principal parceria municipal é com a escola Dr. Fabio Musa, mantida pela Fundação Educandário, com 716 crianças matriculadas em 2022 no Ensino Infantil.

Abaixo as 5 principais conveniadas, em quantidade total de alunos:

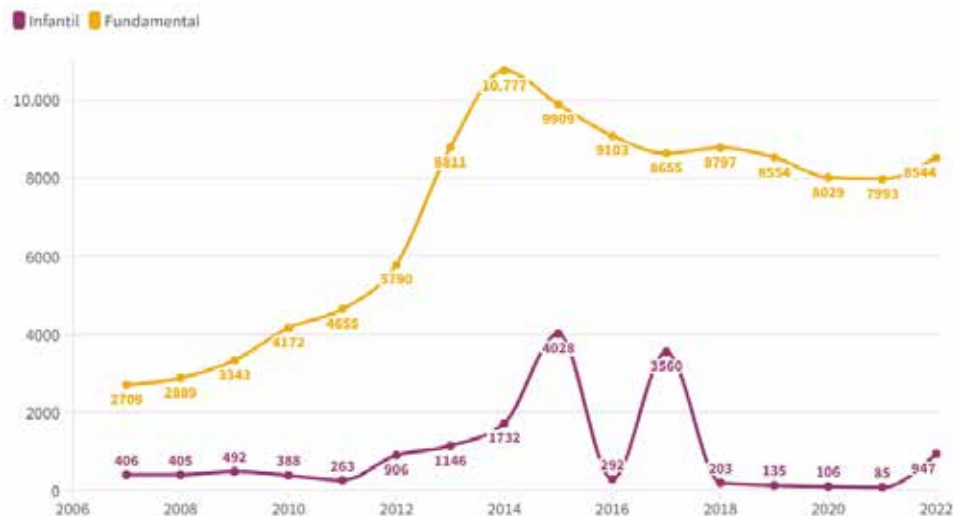
**Tabela 2: Escolas Conveniadas e números de matrículas**

Escola	Alunos	Creche	Pré-escola
Fábio Musa	716	398	318
Nagibe El Khouri Lian	382	186	196
Geny Biagioni Veiga	351	182	169
Vila Virgínia creche modelo	302	156	146
Eurípedes Barsanulfo	295	295	0

### 3.1.1 TEMPO INTEGRAL

A rede municipal de ensino, em sua oferta direta (sem considerar conveniadas), apresentou uma expansão gradativa de matrículas em tempo integral no Ensino Fundamental entre 2007 e 2014, seguida de queda e estabilidade. Já a Educação Infantil apresentou números voláteis, que deverão ser objeto de análise específica, de modo a entender a motivação das curvas ascendentes e descendentes, bem como a metodologia dos cadastros.

**Gráfico 9 - Tempo Integral**



### 3.1.2 CONTEXTO ORÇAMENTÁRIA INTERNO

A execução orçamentária dos órgãos públicos brasileiros é classificada em grandes áreas, chamadas de “funções”. A partir delas ocorrem subdivisões, como subfunções, programas e ações. Este relatório utilizou dados oficiais com essa classificação dos gastos para as análises, extraídos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP).

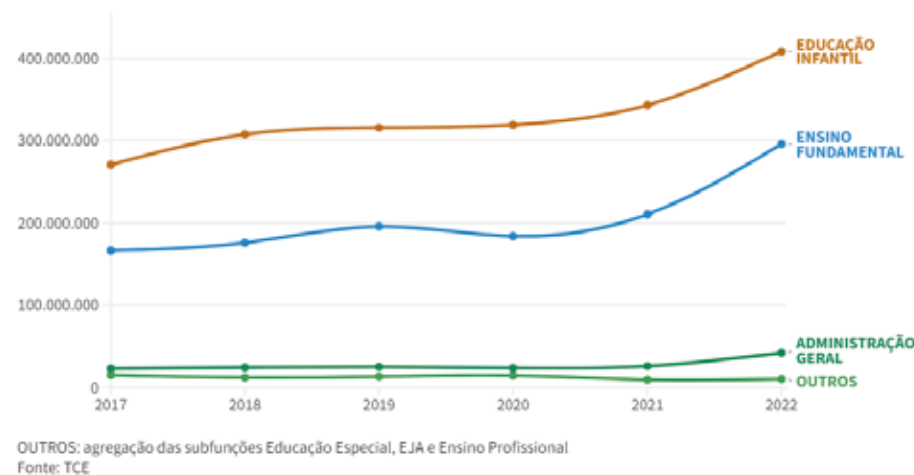
### 3.1.2.1 EDUCAÇÃO NO ORÇAMENTO DE RIBEIRÃO PRETO

No ano de 2022, a função Educação representou 21% do total de gastos do Executivo, com R\$ 756 milhões executados. Esse percentual considera todas as despesas municipais, incluindo autarquias (como a Guarda Municipal) e Fundações, de todas as fontes (desde arrecadação própria até empréstimos). Essa metodologia é diversa da estipulada na Constituição Federal, que exige um investimento mínimo de 25% da receita proveniente de impostos (e cujo monitoramento na série histórica será exposto a seguir).

### 3.1.2.2 EDUCAÇÃO INFANTIL À FRENTE

No orçamento da educação ribeirão-pretana, a Educação Infantil (creche e pré-escola) se sobressai. Em 2022, ela representou 54% do total de gastos. Nos últimos seis anos, o percentual tem oscilado para até 59%. Abaixo o comparativo de despesas nas subfunções atreladas à função Educação em Ribeirão:

**Gráfico 10**



Ao avançarmos mais um nível de granularidade dos gastos, após a subfunção temos a classificação ação. Em 2022, **71% de todos os gastos com Educação em Ribeirão Preto foram com recursos humanos, relativos a salários, encargos e benefícios.**

**Tabela 3: Relação de salário da Rede de Ensino**

Ação	Valor em 2022	Percentual sobre o total
Gestão de RH	R\$ 534.133.927,29	71%
Serviço de suporte	R\$ 66.645.504,01	9%
Conveniadas terceiro setor	R\$ 47.752.703,79	6%
Manutenção geral	R\$ 47.277.533,72	6%
Alimentação saudável e nutricional	R\$ 22.416.430,94	3%
Implantação de novas unidades escolares	R\$ 13.460.326,30	2%
Gestão democrática	R\$ 12.722.937,80	2%
Transporte escolar	R\$ 10.461.991,28	1%
Capacitação e formação continuada	R\$ 13.050,00	0,002%

Serviços de suporte e de manutenção geral, somados, representam 15%. Estão relacionados a reparos nas escolas, compras de insumos (como impressoras e materiais esportivos), serviços de energia elétrica e telefonia, portaria, entre outros. Em seguida estão as conveniadas com o terceiro setor, em especial vagas em creche para a Educação Infantil, com 6%. Importante ressaltar o aumento de gastos, na série histórica, com a ação “Gestão Democrática”, que representa os repasses feitos diretamente pela prefeitura para as APMs (Associações de Pais e Mestres).

INICIATIVA IMPORTANTE

Pauta 3 - Plano de Formação Continuada

Cabe destacar também o baixo valor lançado na ação de “Capacitação e Formação Continuada”: apenas R\$ 13 mil em 2022, e relativos a um curso sobre a Nova Lei de Licitações. Na execução orçamentária de 2021 não há sequer uma dotação específica para formação continuada. Entretanto, consta, em “serviços de suporte”, um gasto de apenas R\$ 7,2 mil para “contratação de profissional especializado em educação para a capacitação da equipe gestora de educação infantil”. A favor da prefeitura de Ribeirão Preto, sabe-se da existência de parcerias na área de formação, sem custos aos cofres municipais, além de incentivos para que os profissionais busquem especializações e pós-graduações mediante preferências na atribuição de aulas e ganhos financeiros no contracheque, cujos valores não aparecem na execução orçamentária. Além disso, os proventos dos profissionais que trabalham no Centro Educacional Paulo Freire também não são computados nesta ação orçamentária, pois englobam a rubrica de “gestão de RH”. Para fins de comparação, em 2022 a prefeitura de São José dos Campos investiu R\$ 1,96 milhões com pós-graduação à distância de seu corpo docente, em contrato realizado com a Unesp, com foco em qualificação para “Educação 5.0”, tanto para profissionais da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental. A iniciativa é coordenada pela Escola de Formação do Educador, iniciativa do poder municipal para aperfeiçoamento de seu quadro funcional.

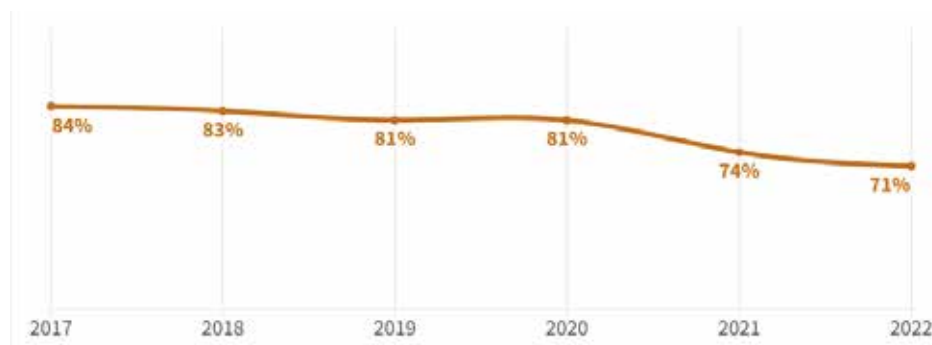
**Centro Educacional Paulo Freire**

O Centro Educacional Paulo Freire (CEPF), responsável pela formação continuada dos profissionais da Educação da rede municipal de ensino de Ribeirão Preto, tem como objetivo promover espaços, momentos de diálogo e trocas de conhecimentos, de maneira colaborativa entre todos os profissionais da educação. Segundo a página oficial da prefeitura, o Centro conta com dez professores formadores e um coordenador. A folha de pagamento da Secretaria de Educação, entretanto, traz apenas dois profissionais lotados no local, indicando que os demais não são de atuação exclusiva para formação.

O CEPF foi inaugurado em 2022 com destaque para atividades virtuais.

Importante destacar que **o percentual de despesas** na rubrica Recursos Humanos, sobre o total de gastos com Educação em Ribeirão Preto, **vem caindo** nos últimos anos:

**Gráfico 11**



### 3.1.3 CUMPRINDO A CONSTITUIÇÃO

O artigo 212 da Constituição Federal estabelece que “a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os estados, o Distrito Federal e os municípios, 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

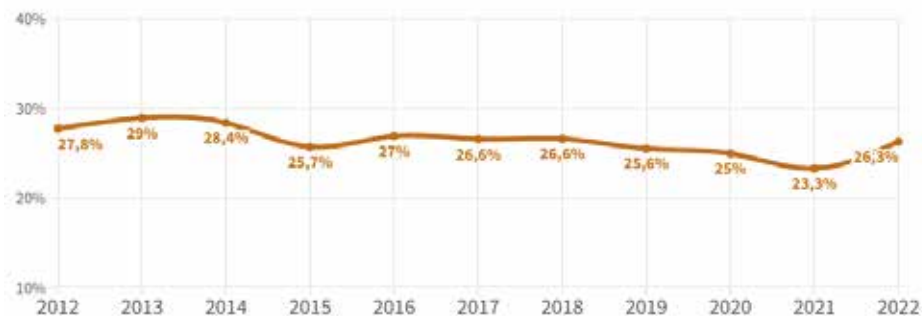
Essa é a regra básica de que o município deve aportar 25% de sua arrecadação de impostos, incluindo transferências como o ICMS, para a Educação. Não entra nessa conta receitas advindas de empréstimos, leilões, venda de ativos, concessões, entre outros.

Considerando apenas essa metodologia, **nos últimos 11 anos Ribeirão Preto aplicou, em média, 26,5% de sua arrecadação com impostos em educação, segundo dados do SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação). O único ano em que ficou abaixo do patamar mínimo foi 2021, em razão do contexto de imprevisibilidade da Covid-19.**

**Gráfico 12**

### Aplicação em educação

Sobre o total de impostos, conforme disposto na Constituição



Fonte: SIOPE

Considerando todos os gastos do município, inclusive da administração indireta e duodécimos para a Câmara de Vereadores, o percentual da Educação sobre o total variou entre 18,4% e 21,3% nos últimos seis anos.

### 3.1.4 RIBEIRÃO PRETO EM RELAÇÃO A OUTRAS CIDADES

Ao fazer uma comparação que contribua para as análises desejadas, é necessário manter certa base de semelhança. Nesse sentido, o Instituto Ribeirão 2030 comparou dados de Ribeirão Preto com outras cidades paulistas de porte similar: São José dos Campos, Sorocaba, São Bernardo, Santo André e Osasco.

Desse grupo, Ribeirão Preto foi o município com menor aporte constitucional (despesas em relação à arrecadação de impostos) em Educação em 2020 e 2021, anos de ápice da pandemia, com registro de recuperação em 2022, ficando abaixo somente de Santo André.

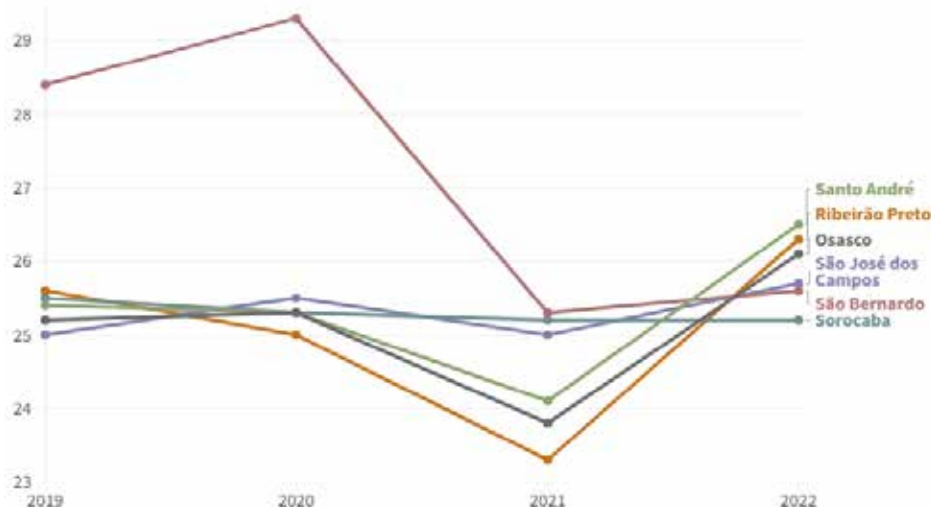




Gráfico 13

**Despesas com educação (%)**

Considerando arrecadação de impostos e transferências



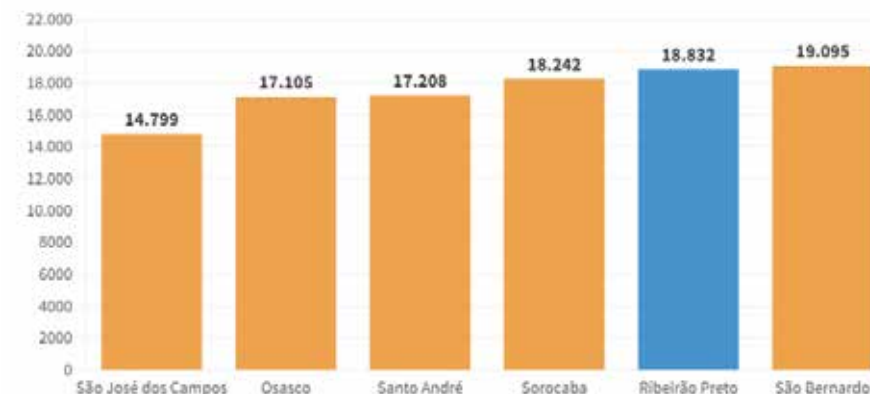
Fonte: SIOPE

3.1.4.1 CUSTO ALUNO

O SIOPE traz a informação de custo-aluno das prefeituras, a partir da divisão do total gasto em cada etapa de ensino pelo número de alunos matriculados. É possível verificar que **Ribeirão Preto tem o segundo maior custo-aluno na Educação Infantil, mas o segundo menor no Ensino Fundamental.** Embora oficiais, esses indicadores devem ser vistos com ressalvas, tendo em vista que são gerados a partir de dados fornecidos pelos próprios municípios, e levam em consideração diversas variáveis. Por exemplo: se em um determinado ano a prefeitura construiu novas escolas, o custo-aluno aumentará, já que o valor investido pontualmente também subiu.

Gráfico 14

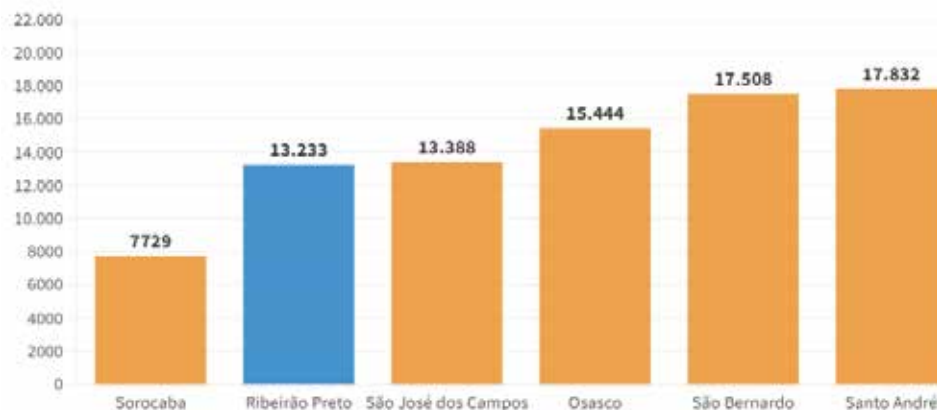
**Custo-aluno Educação Infantil (2022)**



Fonte: SIOPE

Gráfico 15

**Custo-aluno Ensino Fundamental (2022)**



Fonte: SIOPE

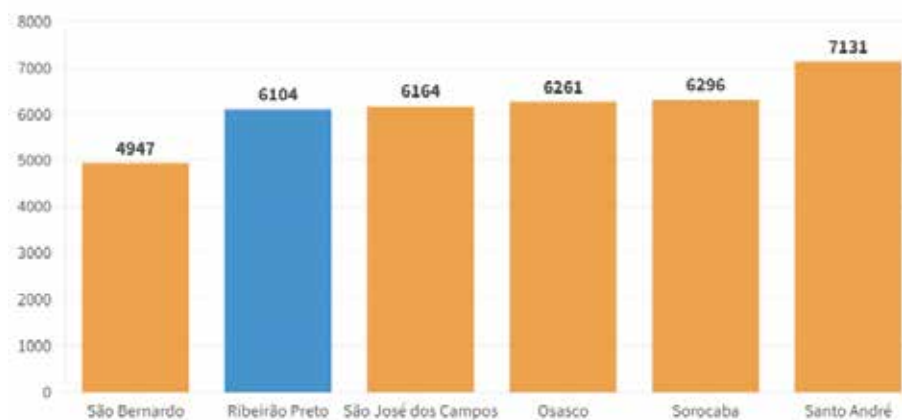
Um dos grandes desafios da academia, gestores públicos e sociedade em geral é associar os custos por aluno com a qualidade do aprendizado. Ou seja: mensurar onde o custo-benefício é máximo. Há vários indicadores de CAQ (Custo Aluno-Qualidade) e Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) desenvolvidos de maneira independente, mas nenhum deles foi incorporado oficialmente pelo Ministério da Educação. Também há dificuldade em associar indicadores educacionais aos custos, tendo em vista que os resultados positivos em indicadores como Ideb devem ser vistos em série histórica, pois os ganhos são graduais e não imediatos.

### 3.1.4.2 CUSTO PROFESSOR/ALUNO

O SIOPE também traz um indicador do **custo professor para cada aluno da Educação Básica** (Educação Infantil, Ensino Fundamental, EJA, Educação Especial e Ensino Médio, quando houver). **Ribeirão Preto teve um custo médio semelhante ao de outras três cidades do grupo analisado.** Importante não confundir esse indicador com salário médio, que será melhor destrinchado no decorrer deste estudo.

**Gráfico 16**

**Custo professor/aluno Educação Básica (2022)**



Fonte: SIOPE

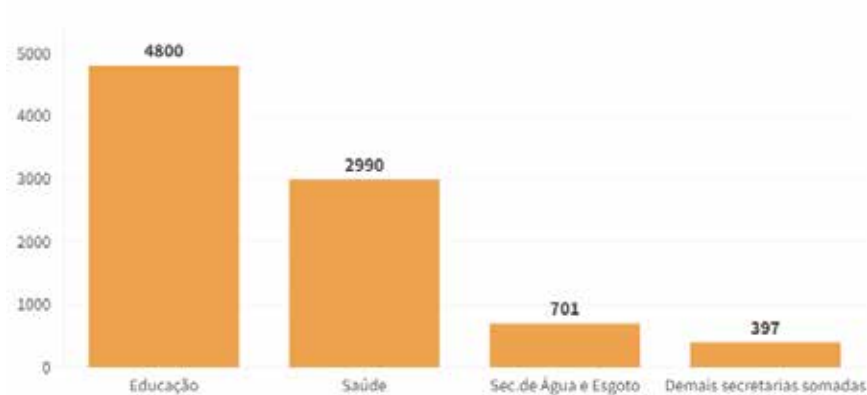


A prefeitura de Ribeirão Preto tinha 10.081 funcionários na folha de pagamento de abril/23, considerando apenas os profissionais da ativa da administração direta, e incluindo servidores efetivos, temporários e comissionados. A Secretaria de Educação é a que mais têm funcionários:

**Gráfico 17**

**Número de funcionários**

Considerando efetivos, temporários e comissionados



Fonte: Portal da Transparência

Analisando apenas a Secretaria de Educação, e considerando todas as categorias profissionais (incluindo os não professores), verificamos que os profissionais contratados em regime temporário (prazo determinado) correspondem a 29% do total de profissionais da pasta. Eles têm uma remuneração média 44% menor que a dos servidores estatutários.

**Tabela 4. Regime por Remuneração Média**

Regime	Quantidade	Remuneração Média
Estatutário (RPPS)	3.361	R\$ 8.485,16
Temporário	1.406	R\$ 4.681,27
Comissão s/ vínculo	31	R\$ 10.736,96
CLT	2	R\$ 3.207,29

Considerando apenas os professores (excluindo categorias como cozinheiros, agentes de operações, funcionários do administrativo, entre outros), eram 4.080 vínculos na folha de abril. Destes, 65% são estatutários e 35% temporários. Esse levantamento considera o número de vínculos, e não de profissionais, pois o mesmo funcionário pode ter mais de um vínculo. Por exemplo: ter passado em dois concursos públicos distintos, ou aliar o concurso público com um contrato temporário.



Na folha de abril de 2023, 258 professores possuíam dois ou três vínculos distintos com a Secretaria de Educação. Eles estão assim distribuídos:

**Tabela 5 - Tipo de vínculo**

Tipo de vínculo	Número de profissionais
Dois vínculos como temporário	125
Dois vínculos como estatutário	56
Um vínculo como estatutário e outro como temporário	76
Dois vínculos como temporário e um como estatutário	1

Se contabilizarmos apenas uma vez cada professor em cada regime de contratação (estatutário ou temporário), considerando o número de profissionais, e não de vínculos em cada regime, temos a seguinte distribuição na rede municipal, considerando dados da folha de abril de 2023:

**Tabela 6 - Categorias**

Categoria	Estatutários	Temporários	% de temporários
PEB I (crianças de 0 a 3 anos)	1.458	316	18%
PEB II (crianças de 4 e 5 anos e Anos Iniciais do Fundamental)	636	567	47%
PEB III (aulas especializadas dos Anos Finais do Ensino Fundamental)	517	396	43%

Percebe-se, assim, que na categoria PEB II os profissionais em regime temporário quase se equivalem aos estatutário, e na categoria PEB III têm representação expressiva.

Considera-se aqui apenas o número de docentes, sem considerar a carga horária atribuída a cada um, pois essa informação não está disponível no Portal de Transparência. É necessário pontuar que os contratados em regime temporário possuem alta taxa de rotatividade, em razão de não terem estabilidade e serem submetidos a salário inferior ao dos efetivos, principalmente por não incorporarem benefícios com o decorrer do tempo.

Em 25 unidades de ensino, os profissionais temporários correspondem a mais da metade dos professores. Na EMEF Alcina dos Santos Heck, no bairro Jardim Salgado Filho, bairro periférico, eles representam 70% dos professores, segundo dados disponíveis na Folha de Pagamento da prefeitura. Essa escola teve o segundo pior IDEB da rede municipal nos Anos Iniciais em 2021. Já na EMEF José Delibo, escola historicamente com melhores indicadores de qualidade, os temporários representam 46% dos professores.

Não há estudos definitivos que cheguem a um consenso sobre a correlação, positiva ou negativa, entre o quantitativo de profissionais temporários com os resultados qualitativos alcançados pelas escolas. Em Ribeirão Preto, categorias profissionais vinculadas a associações ou sindicatos, bem como ex-secretários de educação entrevistados para este estudo, apontam que os servidores estatutários são mais benéficos para a comunidade escolar, principalmente em função de sua integração efetiva às práticas da rede. Por outro lado, há uma pesquisa realizada na FEA/USP/Ribeirão Preto<sup>2</sup> que aponta, diante de 3.330 escolas avaliadas no Brasil, justamente o contrário.

A tabela 7 traz as escolas com mais de 60% de temporários em seu quadro de professores, considerando a folha de abril/23 disponível no Portal de Transparência. Todas são de bairros periféricos, em meio a comunidades carentes.

POVEDANO, RAFAEL. Práticas administrativas e pedagógicas para a melhoria de leitura e escrita: um estudo em escolas municipais de ensino fundamental II. Dissertação de Mestrado FEA/USP Ribeirão Preto, 2019.

**Tabela 7 - Categorias**

ESCOLA	BAIRRO	TEMPORÁRIOS
EMEF Alcina dos Santos Heck	Salgado Filho	70%
EMEF Dr. Faustino Jarruche	Jardim Marchesi	62%
EMEF Dr. Jaime Monteiro de Barros	Jardim Aeroporto	61%
EMEF Prof. Salvador Maturano	Parque Ribeirão Preto	60%

Abaixo, elencamos os cargos da folha de pagamento da Secretaria de Educação, excluindo os preenchidos apenas por comissionados. Utilizamos a média salarial de remuneração bruta (sem descontos, e que pode incluir também vantagens eventuais, como férias e décimo terceiro antecipado, além de rescisões). Para minimizar o efeito de distorções, este estudo analisou todos os contracheques disponíveis no Portal de Transparência referente aos meses de abril, maio e junho. Foi descartado o maior valor de cada funcionários nesses três meses, e estipulada a média dos dois restantes. Depois, foi aferida a média de cada função. Não é possível atribuir um valor de hora trabalhada, que pondera-se as diferentes jornadas de trabalho, já que a informação da carga horária semanal não está disponível no Portal da Transparência.

**Tabela 8: Folha de Pagamento dos professores**

CARGO	FUNCIONÁRIOS	MÉDIA BRUTA
Agente de Administração	129	R\$ 5.213,50
Agente de Equipamento Social	6	R\$ 10.146,29
Agente de Operações	111	R\$ 5.503,61
Agente de Segurança	32	R\$ 4.523,50
Agente Educacional	17	R\$ 9.388,47
Coordenador Pedagógico	32	R\$ 11.727,91

CARGO	FUNCIONÁRIOS	MÉDIA BRUTA
Cozinheiro	282	R\$ 3.431,93
Engenheiro Civil	1	R\$ 14.565,94
Monitor de Artesanato - LC 2668/14	12	R\$ 7.255,45
Monitor de Bandas e Fanfarras	2	R\$ 6.774,56
Monitor de Construção Civil - LC 2668/14	1	R\$ 6.153,66
Monitor de Costura Industrial-LC 2668/14	1	R\$ 8.136,74
Monitor de Culinária - LC 2668/14	1	R\$ 8.051,24
Monitor de Eletricidade - LC 2668/14	3	R\$ 8.566,76
Monitor de Guardar Carros - LC 2668/14	2	R\$ 8.490,58
Monitor de Informática	24	R\$ 5.140,72
Monitor de Informática - LC 2668/14	1	R\$ 8.136,74
Monitor de Lavar Carros - LC 2668/14	1	R\$ 5.784,52
Monitor de Mecânica Geral - LC 2668/14	2	R\$ 9.032,93
Monitor de Panificadora/Confeitaria - LC 2668	3	R\$ 5.211,72
Monitor de técnicas agrícolas - LC 2668	2	R\$ 8.633,74
Motociclista-mensageiro	1	R\$ 3.622,18
Motorista	5	R\$ 4.210,64
Nutricionista	7	R\$ 11.150,03
P.E.B.III-Arte	98	R\$ 7.206,25

CARGO	FUNCIONÁRIOS	MÉDIA BRUTA
P.E.B.II-Deficiência Auditiva	1	R\$ 26.752,68
P.E.B.III-Deficiência Física	2	R\$ 19.014,35
P.E.B.III-Educação Física	118	R\$ 8.670,94
P.E.B.III-Física	1	R\$ 18.648,18
P.E.B.III-Geografia	34	R\$ 10.986,08
P.E.B.III-História	30	R\$ 11.059,34
P.E.B.III-Inglês	93	R\$ 7.620,80
P.E.B.III-Língua Portuguesa	54	R\$ 10.619,73
P.E.B.III-Matemática	60	R\$ 11.022,62
PEB II - LC 1340/02	621	R\$ 4.318,97
PEB III - LC 1340/02	406	R\$ 4.749,53
PEB I-LC 1340/02 1868/05	326	R\$ 5.150,91
Professor de Educação Básica I	1468	R\$ 8.438,92
Professor de Educação Básica II	659	R\$ 9.454,47
Psicólogo	1	R\$ 6.395,06
Radio-telefonista	1	R\$ 4.599,34
Supervisor de Ensino	10	R\$ 14.649,66

Das 50 categorias profissionais, as três relativas aos temporários estão entre as 10 com média salarial mais baixa, ficando atrás, por exemplo, dos agentes de segurança e dos monitores de informática.

Por outro lado, os servidores efetivos, principalmente na categoria PEB III, possuem remuneração considerável. Os servidores de PEB III das disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Geografia, História, Ciências Físicas e Biológicas e Biologia possuem remuneração média acima de R\$ 10 mil mensais.

A folha também traz funcionários com remuneração mais elevada em categorias como monitores de guarda-carros, com remuneração média de R\$ 8,5 mil. Importante ressaltar que algumas das categorias elencadas são específicas de escolas especializadas, como a Celso Charuri e Egydio Pedreschi, em que ocorrem demandas extraordinárias.

### 3.1.5 FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS

Pauta 3. Plano de Formação Continuada



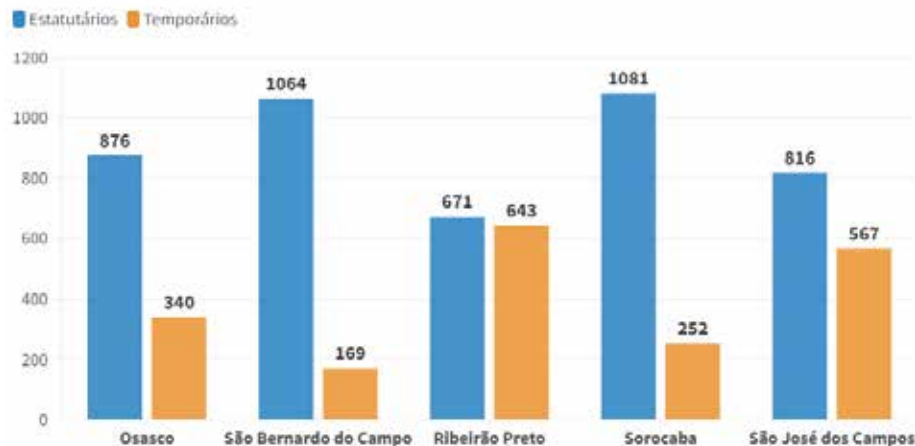
Considerando a composição do recurso humano professor, como já enunciado, os profissionais temporários estavam, no momento do levantamento (julho de 2023, com dados de abril de 2023), majoritariamente distribuídos em escolas periféricas em Ribeirão Preto. Nesse regime de contratação, os docentes ficam vinculados à prefeitura por um prazo máximo de 5 anos, e recebem um salário médio bruto 45% inferior aos estatutários, considerando a média de remuneração em abril de 2023 (valor final, sem considerar a ponderação por hora trabalhada).

Avançando na análise, verificamos que no Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais agregados), o número absoluto e percentual de temporários na prefeitura de Ribeirão Preto se sobrepõe ao de cidades de porte semelhante, conforme consulta no documento “Sinopse Estatística da Educação Básica 2022”, elaborada pelo Governo Federal a partir dos dados do Censo Escolar. Esse levantamento tem singelas diferenças dos resultados obtidos pela folha de pagamento do Portal de Transparência da prefeitura ribeirão-pretana, por adotar metodologia diversa na contabilização. Entretanto, a metodologia é a mesma para todas as cidades, o que permite a comparação.

**Gráfico 18**

**Professores no Ensino Fundamental**

Por regime de contratação

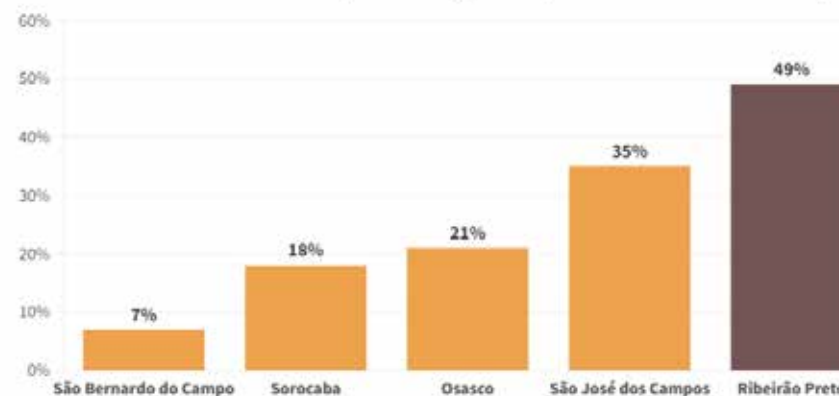


Sinopse Estatística da Educação Básica 2022

**Gráfico 19**

**Percentual de não concursados**

Total de docentes no Ensino Fundamental que são no regime “temporário” ou “CLT” na rede municipal



Sinopse Estatística da Educação Básica 2022

A “Sinopse Estatística da Educação Básica 2022” também traz um campo com a síntese de formação de professores de cada cidade. Os dados públicos disponibilizados não permitem diferenciar as redes municipal ou estadual. Os microdados do Censo Escolar, no que tange aos docentes, foram suprimidos da divulgação pública em razão de adequação à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) a partir de 2020. Por conta disso, este estudo considerou os dados agregados por cidade, sem distinção de rede.

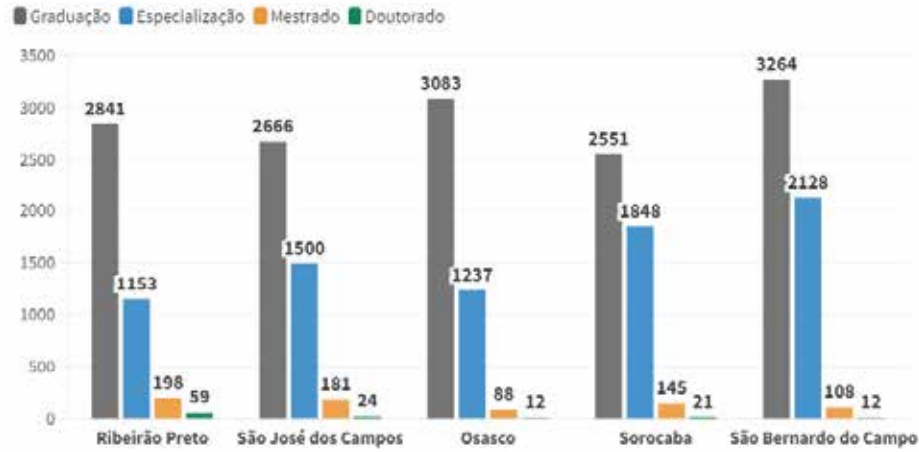
Mesmo com essa ressalva, os dados levantam o alerta sobre **Ribeirão Preto: foi a segunda cidade com o menor percentual de docentes com pós-graduação (Especialização, Mestrado ou Doutorado) entre as paulistas com a mesma população.**

Considerando que os incentivos da rede estadual para maior titulação são iguais em todas as cidades, espera-se que o percentual também seja parecido nessa rede. Assim, indica-se que diferença no resultado final se dá pelos incentivos concedidos pela rede municipal para que seus docentes elevem a formação.

Gráfico 20

**Formação dos docentes**

Total de docentes em cada categoria, na somatória de rede pública (municipal e estadual) de cada cidade

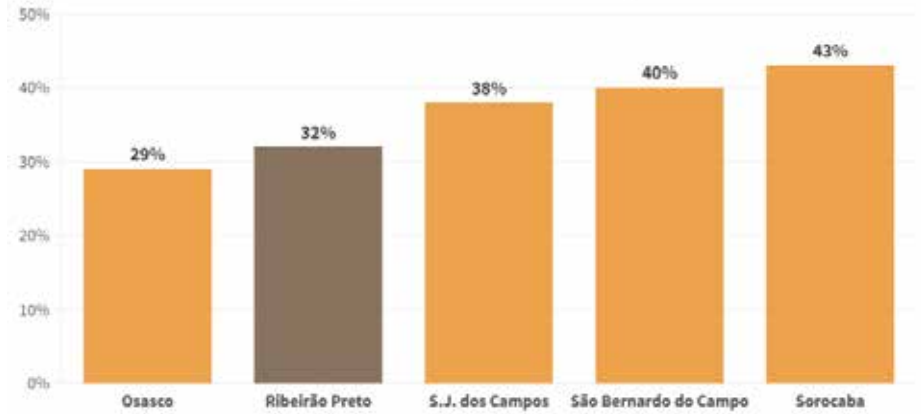


Sinopse Estatística da Educação Básica 2022

Gráfico 22

**Pós-graduação**

Percentual de docentes que têm pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), considerando o total de profissionais do Ensino Fundamental, na somatória das redes municipal e estadual

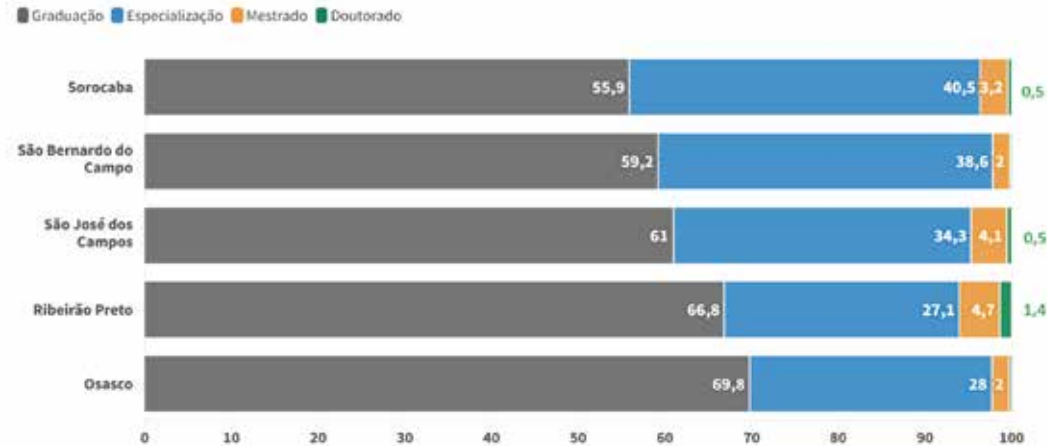


Sinopse Estatística da Educação Básica 2022

Gráfico 21

**Formação dos docentes**

Percentual (%) de docentes em cada categoria, na somatória de rede pública (municipal e estadual) de cada cidade



Sinopse Estatística da Educação Básica 2022





## 4. OS ÍNDICES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Pautas 2, 3, 4 e 5



O Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é o principal indicador de avaliação educacional no país. Mensurado a cada dois anos, desde 2005, ele considera as taxas de aprovação dos estudantes e as notas em Matemática e Língua Portuguesa aferidas em uma avaliação que até 2017 se chamava Prova Brasil e, depois, passou a se chamar Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica).

Há muitas ressalvas quanto à utilização do Ideb para se mensurar a qualidade do ensino, principalmente pela sua avaliação se restringir às duas disciplinas mencionadas. Entretanto, é o único indicador padronizado com abrangência nacional e, portanto, o mais utilizado para comparações.

## A ANÁLISE DO INSTITUTO RIBEIRÃO 2030 APONTA QUE:

A qualidade da educação teve uma melhora expressiva em 2011 nos Anos Iniciais, seguida de estagnação e retrocesso.

A rede municipal de ensino de Ribeirão Preto teve o terceiro maior retrocesso no aprendizado na pandemia entre todas as cidades brasileiras com mais de 250 mil habitantes

A melhor escola da rede municipal ribeirão-preta é apenas a 3.653 no ranking nacional nos Anos Iniciais.

## 4.1 ANOS INICIAIS (1 AO 5 ANO)

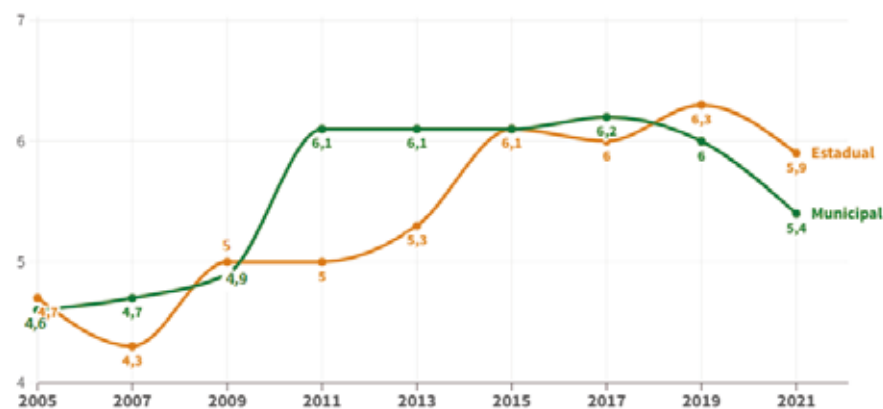
### 4.1.1 SÉRIE HISTÓRICA

A rede municipal teve um expressivo salto de qualidade em 2011. Profissionais da educação que atuaram na cidade naquele ano justificam que ocorreu um esforço de qualificação dos docentes nos anos anteriores.

Gráfico 23

#### IDEB - ANOS INICIAIS

Redes estadual e municipal de Ribeirão Preto



Fonte: INEP

### 4.1.2 PARA ENTENDER MELHOR

Para compreender as políticas educacionais que elevaram os indicadores de Ribeirão Preto é importante contextualizar que o resultado obtido em um ano, no caso 2011, não repercute imediatamente as ações promovidas naquele intervalo de 12 meses. O processo de aprendizagem é contínuo e exige uma prática pedagógica permanente durante um espaço de tempo para interferir nas avaliações. Isso significa afirmar que os resultados de um ano dialogam com as políticas implementadas em período anterior.

Nesse sentido, os resultados negativos também precisam ser avaliados

com deferência a períodos anteriores. Uma exceção a esta lógica é a fase compreendida pela pandemia do coronavírus, que impactou de forma abrangente com a ausência de práticas convencionais de políticas educacionais.

Desta forma, para compreender 2011 é preciso olhar para 2010 e 2009. Entretanto, guiados pelo gráfico anterior, que mostra o crescimento do Ideb, observamos que a curva de ascensão ganha destaque em 2009, mas começa em 2005.

Em entrevista ao Instituto Ribeirão 2030, a educadora Vanice Ribeiro Rodrigues, que esteve na gestão entre 2005 e 2008, afirmou ter ficado claro que a melhora no IDEB em 2011 foi resultado de um trabalho planejado de formação dos professores da rede municipal, em razão da mudança de 8 para 9 anos no Ensino Fundamental. A implementação do novo EF foi gradual, começando pelo 1º ano em 2007, e para que essa transição tivesse êxito, a SME realizou um trabalho intenso com os professores, com a criação de diferentes estratégias de formação.

Além da formação constante dos professores, Vanice destacou a definição de metas claras a serem alcançadas (referência de onde chegar), além da realização de avaliações trimestrais dos alunos.



## QUEM ERAM OS GESTORES NESSE PERÍODO E O QUE ELES FIZERAM?

**Tabela 8: Relação de prefeitos, secretários de Educação e fatos relevantes**

2005   2008	2009   2016	2017   2024
<b>Wilson Gasparini</b>	<b>Dárcy Vera</b>	<b>Duarte Nogueira</b>
Abib Salim Cury (2005/06) José Norberto Callegari Lopes (2007/08)	Débora Vendramini (2009/15) Ângelo Invernizzi (2015/16) Luis Rufino do Santos (2016)	Suely Vilela (2017) Luciana Rodrigues Silva (2017/2019) Felipe Elias Miguel (2019/atual)
<b>Fatos marcantes</b>		
Em 2007, iniciou-se a implantação gradativa e obrigatória do Ensino Fundamental com duração de nove anos, para alunos com seis anos completos até 31/12.	Permanência da política de implementação dos 9 anos.  Operação Sevandija	Pandemia do novo coronavírus (COVID 19)  início da política de dois professores por sala de aula
O Plano Municipal de Educação de Ribeirão Preto ganhou sua primeira versão em 2008, mas não foi encaminhado para a Câmara Municipal. Planos municipais passaram a ser exigidos após a aprovação da Lei no 10.172, de janeiro de 2001, que estabeleceu o Plano Nacional de Educação (PNE do governo) para uma década e determinou que, com base neste Plano, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios elaborassem Planos Estaduais e Municipais de Educação.	Sem a aprovação do legislativo, o Plano Municipal de Educação de 2008 não entrou em vigor. Depois de alterações, uma nova versão datada de 2015 foi encaminhada à Câmara Municipal como projeto de Lei 1146, em março de 2016.	Em 7 de março de 2019 consta o envio do Projeto de Lei 42 para aprovação do PME, com vigência de seis anos. Secretaria de Educação e Conselho não entraram em acordo quanto ao conteúdo do documento. Em 2023 houve nova redação do Plano Municipal, enviado ao Legislativo e aguardando aprovação na data de término deste estudo.

O Instituto Ribeirão 2030 ouviu três secretários – José Norberto Calegari, Débora Vendramini e Felipe Elias Miguel, além de outros dois profissionais

técnicos e quatro pesquisadores da área da educação. As escutas feitas contribuíram para a conclusão das cinco pautas a serem defendidas pelo instituto.



José Norberto Calegari

“ Investimentos em duas áreas de atuação muito importantes: formação de professores e avaliação constante dos estudantes para reconhecimento dos resultados. Foi uma gestão colegiada, a equipe da secretaria participava das decisões. Implantamos o nono ano, com muito critério. Tínhamos uma parceria com a USP para formação dos professores.

”



Débora Vendramini

“ Formação de uma equipe multidisciplinar que atuou com projetos em três eixos: os valores de essência; compromisso e comprometimento com a aprendizagem; e consistência e consequência no cotidiano escolar. Oferecemos aos diretores especialização em convênio com a Fundação Lemann. Uma vez por mês eles iam para São Paulo para atividade o dia todo.

”



Felipe Elias Migue

“ Ao longo dos dois últimos anos, foram firmadas parcerias com universidades e executadas contratações de institutos para o aprimoramento das ações formativas. Destaca-se o ciclo de formação realizado pelo Mathema com professores de Anos Iniciais e Anos Finais (em andamento), que justamente visa superar o maior dos desafios da aprendizagem no Brasil: a matemática.

”

## 4.1.2.1 PARA DEBATER O IDEB DE RIBEIRÃO PRETO

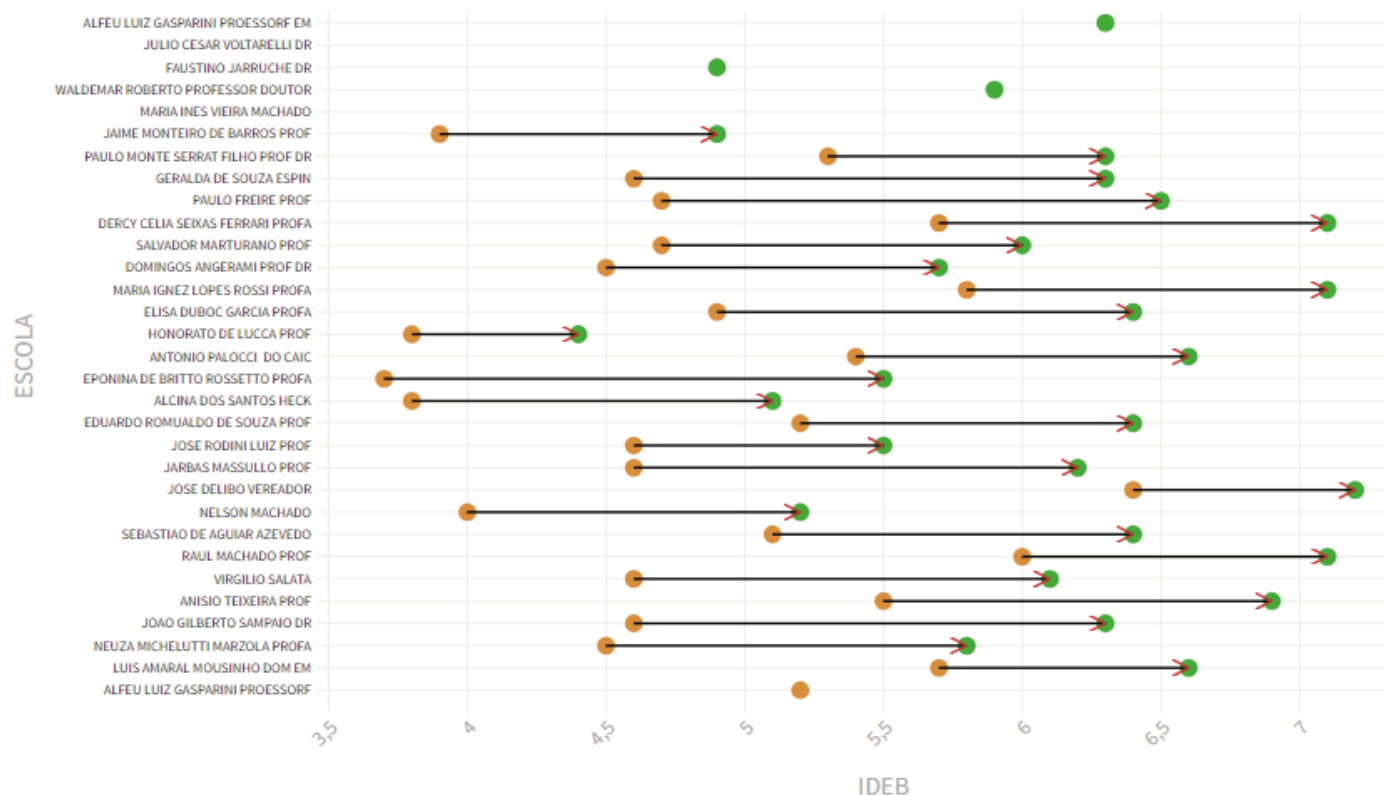
Mostramos a seguir como todas as escolas dos Anos Iniciais melhoram seu IDEB em 2011, em comparação com 2009. Algumas, como a Prof. Eponina de Britto Rossetto, tiveram um upgrade de 50% no indicador naquele período.

Gráfico 24

### IDEB - Anos Iniciais - escolas municipais

Cada linha é uma escola. A bolinha LARANJA é seu IDEB em 2009, a VERDE em 2011. Quanto mais à direita, melhor o indicador.

ANO ● 2009 ● 2011



“As falhas, brechas, lacunas, problemas no processo de alfabetização, trazem consequências importantes que, no caso do Brasil, muitas vezes não são recuperadas. No Brasil temos nos contentado com a ideia de que o aluno alcançando o nível alfabético de escrita, ele está alfabetizado. Não. Isso é o mínimo, é somente o início.”

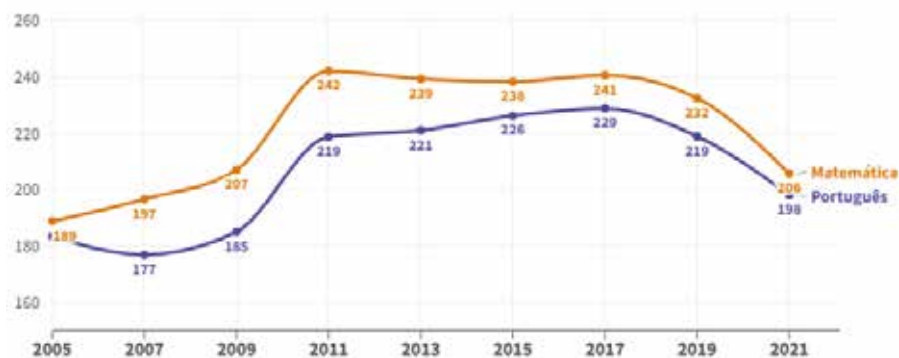
Elaine Assoline  
Docente, pesquisadora na  
FFCLRP- USP- Departamento  
de Educação, Informação e  
Comunicação.

O Ideb permite destrinchar a média das redes em Língua Portuguesa e Matemática, aferidas na Prova Brasil e Saeb. Verifica-se, na rede municipal de Ribeirão Preto, que mesmo com a estagnação do Ideb em 2013 e 2015, a Língua Portuguesa teve leve melhora, e Matemática leve piora. Ambos têm discreta evolução em 2017, mas seguida de queda acentuada em 2019 (antes da pandemia) e 2021 (já com efeito da Covid-19).

**Gráfico 25**

**APRENDIZADO - ANOS INICIAIS**

Nota média SAEB/Prova Brasil da rede municipal de Ribeirão Preto em cada disciplina, usada na composição do IDEB em cada ano



Fonte: INEP

**4.1.2.2 COMPARATIVO COM ESTADOS**

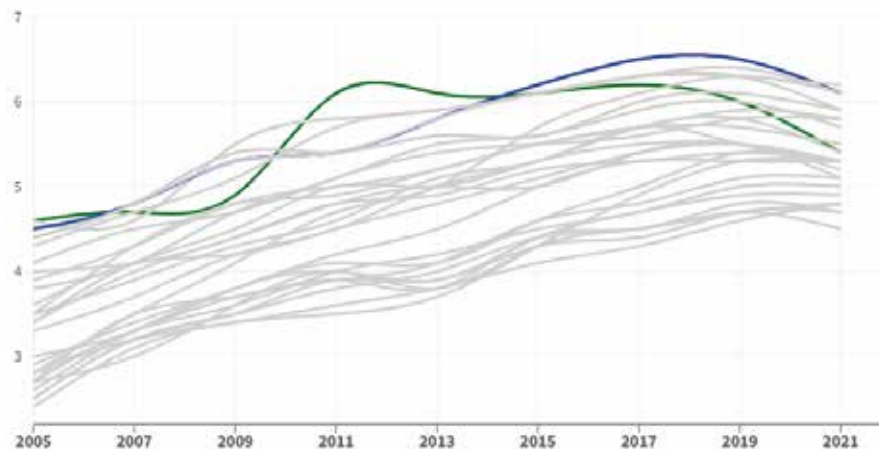
Em 2011 e 2013, o IDEB da rede municipal de Ribeirão Preto foi melhor que o da rede pública de todos os estados brasileiros. Devido à estagnação e queda, em 2019, avaliação anterior à pandemia, o resultado ribeirão-pretano ficou atrás de seis estados. Já em 2021, com o impacto da Covid, 10 estados apresentaram indicadores melhores do que os da prefeitura de Ribeirão.

O gráfico evidencia, também, que o retrocesso local foi mais acentuado.

**Gráfico 26**

**IDEB - ANOS INICIAIS**

Cada linha é o IDEB da rede pública (média da rede estadual e municipal) de uma unidade da federação. Em verde, destacado, o indicador da rede municipal de Ribeirão Preto, e em azul da rede pública do estado de São Paulo



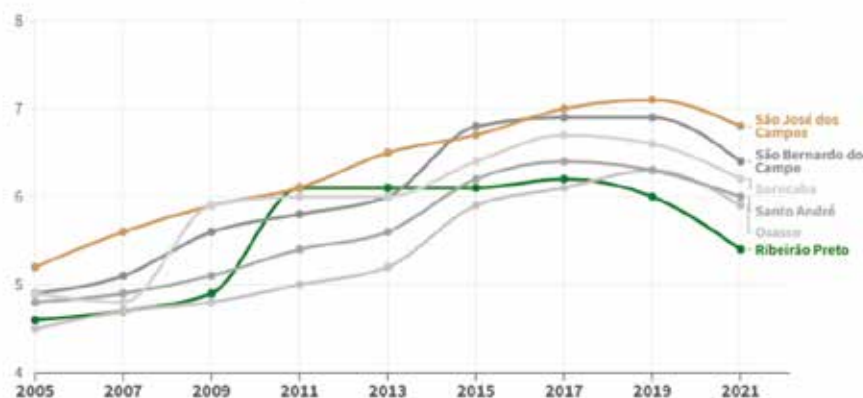
Fonte: INEP

**4.1.2.3 COMPARATIVO APRENDIZADO CIDADES DE PORTE SEMELHANTE**

**Gráfico 27**

**IDEB - ANOS INICIAIS**

Cada linha é o IDEB da rede municipal de uma cidade.



Fonte: INEP

O Inep divulga uma nota padronizada em Português e em Matemática, ou seja: um indicador que agrega ambas as disciplinas. Ao compararmos esse indicador com outras cidades (ou seja, isolando a parte que afere o aprendizado do IDEB, excluindo o peso da aprovação/reprovação dos alunos na nota final), verificamos que a rede municipal de ensino de Ribeirão Preto chegou a ter o melhor aprendizado nos Anos Iniciais do grupo de cidades paulistas de porte semelhante (2011), ficando na vice-lanterna em 2019 e se distanciando das demais em 2021. São José dos Campos (destaque laranja do gráfico) apresentou melhora constante entre 2005 e 2019, tendo leve queda apenas em 2021 em decorrência da pandemia.

Gráfico 28

### Aprendizado em Português e Matemática

Cada linha é a nota média padronizada, agregando as duas disciplinas, na rede municipal de ensino dos ANOS INICIAIS de cada cidade. Esse indicador é a principal composição do IDEB.



Fonte: INEP



## 4.1.2.4 DESIGUALDADES NA REDE



Após a análise da rede municipal de Ribeirão Preto, percebe-se uma heterogeneidade nos gastos por escola dentro dessa mesma rede de ensino. Dentro das análises dos arranjos, apenas o arranjo 4 (Escolas que atendem os Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos) apresentou um resultado que mostrava que o município atende aos princípios de equidade a partir das variáveis escolhidas para essa análise. No caso dos demais arranjos (todas as outras modalidades) pode-se concluir, assim, que eles não são equitativos, porém não são desiguais.

Patrícia Balthazar Garcia<sup>3</sup>



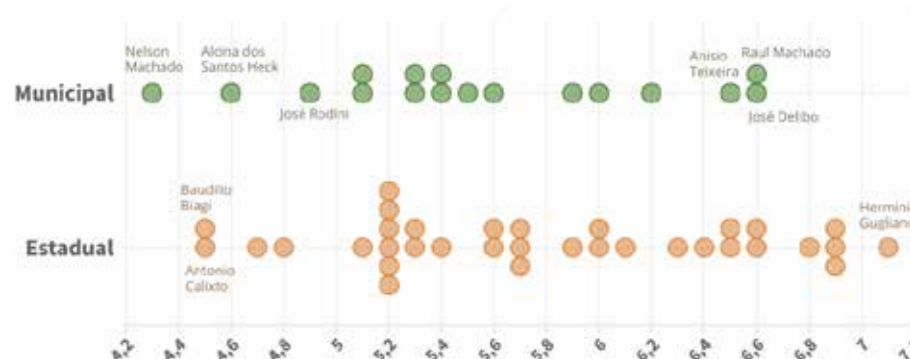
3. GARCIA, Patrícia Balthazar. Análise das diferenças do gasto/aluno nas escolas de uma rede municipal à luz do princípio da equidade. Dissertação de Mestrado.FFCL - USP Ribeirão Preto, 2019.

O IDEB de uma prefeitura considera a média de todos os estudantes. Por ser uma média, ele camufla as variações entre cada unidade de ensino. Ao compararmos a nota de 2021 das escolas, verificamos uma representativa desigualdade no aprendizado. As escolas José Delibo e Raul Machado (Castelo Branco e Irajá, respectivamente), com as melhores notas, possuem um IDEB 43% superior ao da Alcina dos Santos Heck (Jardim Salgado Filho), que aferiu o menor indicador da rede.

Gráfico 29

### Anos Iniciais - IDEB 2021 por escola

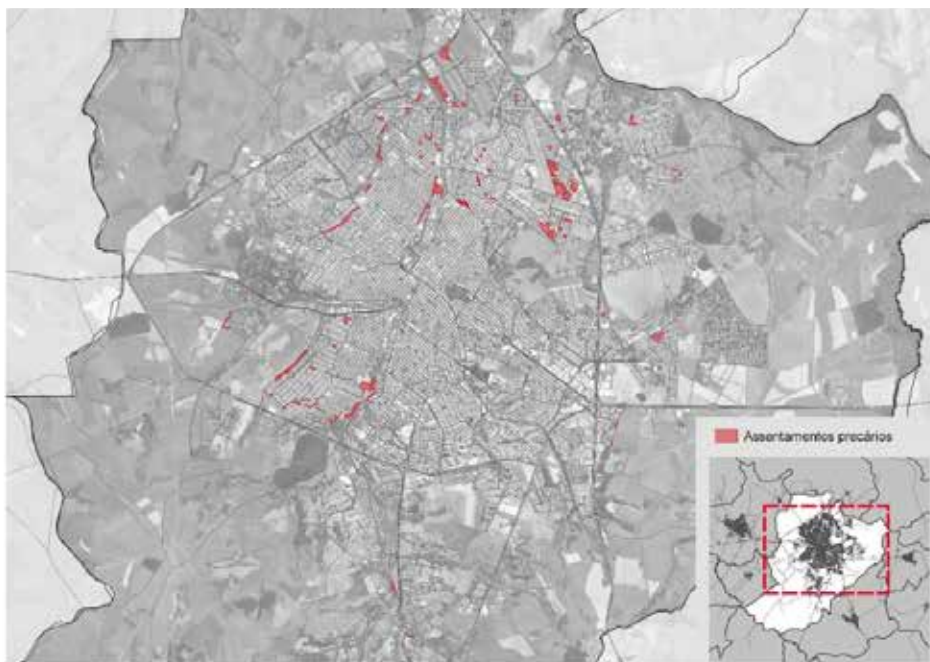
Cada bola do gráfico representa uma escola. Em verde, da rede municipal, e em laranja da rede estadual, todas de Ribeirão Preto. Quanto mais à direita, melhor o IDEB em 2021.



Como já debatido pelo Ribeirão 2030 no estudo dos ODS e no Plano de Cidade, as questões socioeconômicas são relevantes (embora não definitivas) na medição de qualidade. Observando os dados acima, reforçamos que as escolas melhores classificadas estão situadas em bairros não periféricos, diferente da Escola Alcina dos Santos Heck, localizada na zona Norte em área de crescente favelização, conforme estudo realizado pela própria prefeitura para elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS - 2020-2029).



**Figura 1 - Assentamentos Precários no Município de Ribeirão Preto**



Fonte: Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS - 2020-2029).

Essa abordagem nos permite intensificar que mesmo desejando ser igualitária, uma política educacional para Ribeirão Preto deverá ser equitativa. Isso significa afirmar que um plano comprometido com o aumento de oportunidades das crianças e jovens atendidos pela rede municipal precisará prever as diferentes realidades do município.

**É SABIDO QUE A REALIDADE SOCIAL DO EDUCANDO INTERFERE DIRETAMENTE NO SEU APRENDIZADO, COMO A SECRETARIA ATUA PARA MINIMIZAR ESSE IMPACTO?**

“

A Secretaria de Educação se empenha em assegurar que os recursos e aportes sejam distribuídos de maneira equitativa entre as escolas da cidade. Por isso, desde 2019, os investimentos na rede não param. Hoje, todas as unidades escolares que compõem a rede municipal possuem o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). Em 2017 eram apenas três escolas com a certificação. Além disso, foi implantado o monitoramento por câmeras, 2.560 unidades instaladas; novos laboratórios de informática, com novos computadores, novos notebooks para a educação infantil, kits multimídias para todas as escolas, com computador, projetor e sistema de som.

A Secretaria também segue com o Plano de Expansão, que vai entregar 25 novas escolas até o final de 2024. Destas, 15 já foram inauguradas, gerando cada vez mais vagas para a população. Além das novas escolas, a Pasta também tem executado reformas e ampliações nas escolas existentes.

Outro grande investimento e um pedido antigo da comunidade escolar era o de climatizar as salas de aula, o que já está sendo executado. Importante também informar que a Prefeitura de Ribeirão Preto, pela primeira vez na história, entregou uniformes de inverno para todos os 50 mil estudantes da rede.

Junto aos investimentos na infraestrutura, a Pasta também investiu em pessoal. Desde 2019, mais de dois mil professores foram chamados para integrar a rede, entre efetivos e temporários. Ribeirão Preto é uma das cidades que mais investe no seu professor, cumprindo mais do que garante a Lei do Piso Salarial Nacional do Magistério.

Felipe Elias Miguel  
Secretário Municipal de Educação

”

Muitas vezes educadores pressionados com a falta de bons resultados, são levados a afirmarem que embora eles ensinem, os alunos não aprendem.

A pergunta que deve nortear a elaboração de um plano pedagógico no caso de deficiência de aprendizagens é: **Por que os alunos não aprendem?** São muitas as respostas possíveis e, dependendo da escolhida, são exigidas práticas públicas diferentes. Essa análise ganha complexidade ao concluirmos que é cabível ainda, um combinado de respostas. Muitos são os motivos, mais comumente o aprendizado não acontece por:

- ▶ falta de habilidades/experiência do educador;
- ▶ problemas cognitivos do educando;
- ▶ contexto socioeconômico adverso;
- ▶ precariedade na infraestrutura física;
- ▶ inexistência de estratégias pedagógicas;
- ▶ condução política equivocada.

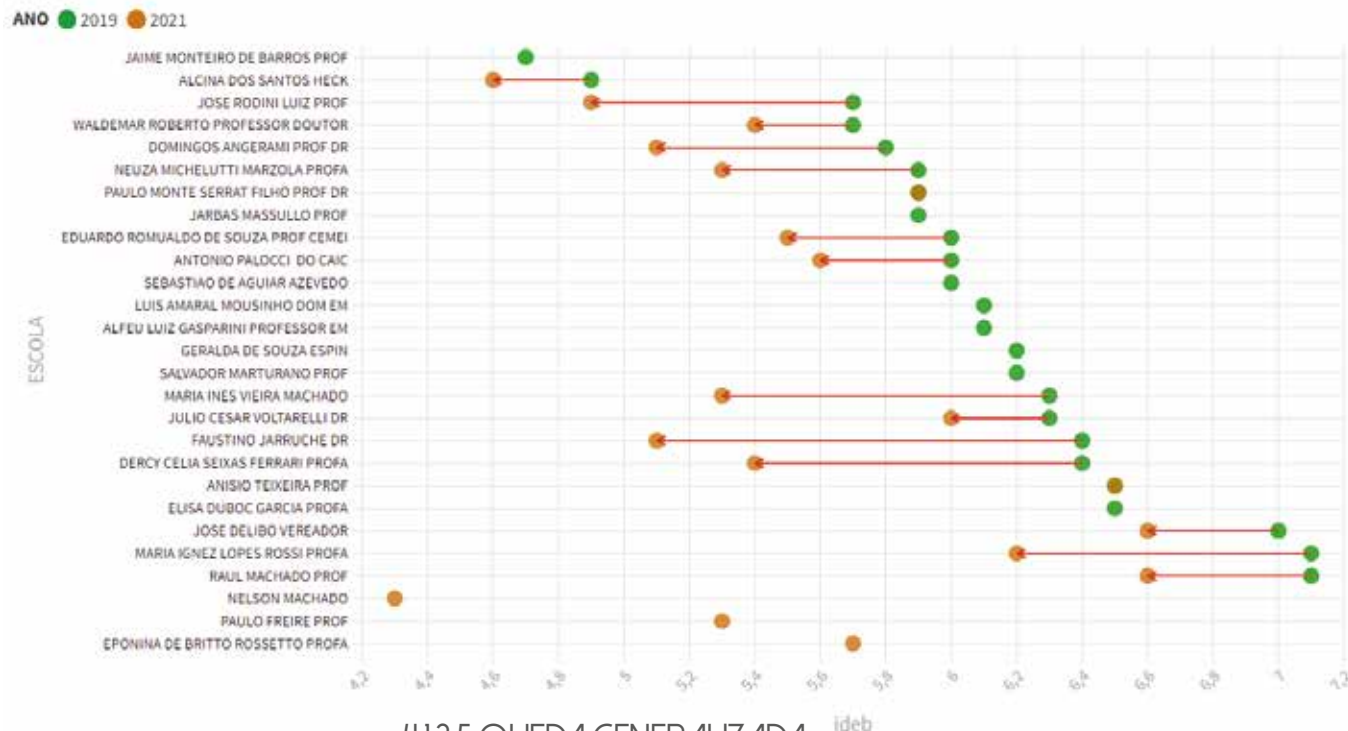
No pior dos cenários, ocorre por todas essas razões juntas e outras.

A desigualdade também é verificada no retrocesso de indicadores de aprendizado decorrente da Covid. No gráfico abaixo, verifica-se que todas as escolas da rede municipal que tiveram nota do Ideb 2021 divulgada (bola laranja) aferiram desempenho inferior nos Anos Iniciais ao de 2019 (bola verde). Algumas, como a Faustino Jarruche (Bairro Jardim Marchesi), tiveram retrocesso de 20% na nota.

Gráfico 30

### IDEB - Anos Iniciais - escolas municipais

Cada linha é uma escola. A bolinha verde é seu IDEB em 2019, a laranja em 2021. Quanto mais à direita, melhor o indicador.



#### 4.1.2.5 QUEDA GENERALIZADA

Ao analisarmos a média padronizada Saeb do aprendizado em Português e Matemática, dos municípios com mais de 250 mil habitantes, e compararmos os resultados de 2021 e 2019 dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental apenas da rede municipal, verificamos que Ribeirão Preto teve o terceiro maior retrocesso.

A rede municipal ribeirão-pretana teve uma queda de 13,9% no indicador de aprendizado em dois anos. O declínio só não foi pior do que em Teresina (15,5%) e Rio Branco, com redução de 15,5% e 14,2%, respectivamente.

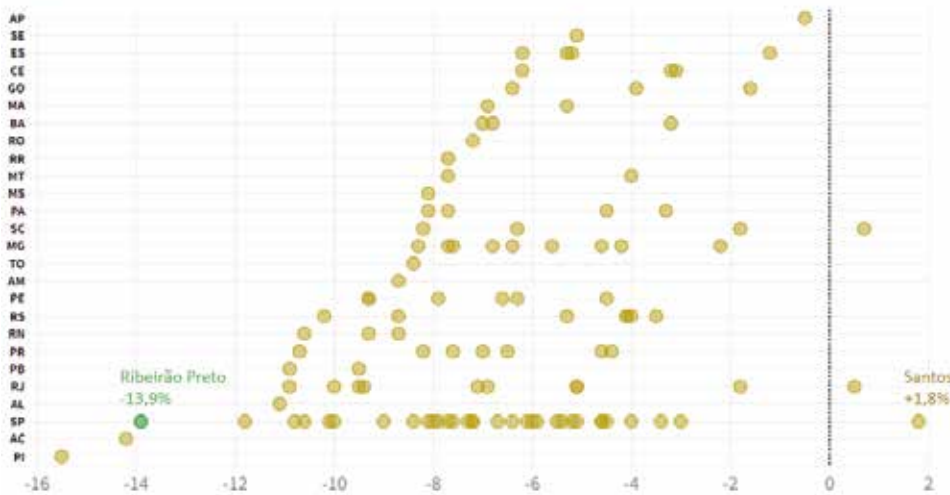
Das 115 cidades mais populosas, apenas 3 registraram evolução do ensino em 2021: Santos (1,7%), Blumenau (0,7%) e São Gonçalo (0,5%).

Por outro lado, 108 municípios apresentaram queda. Quatro cidades não tiveram dados divulgados em um dos anos, sendo impossível a comparação. O gráfico abaixo evidencia como o impacto da pandemia foi superior em Ribeirão Preto:

**Gráfico 31**

**Anos Iniciais - retrocesso no aprendizado**

No gráfico abaixo estão as 115 cidades mais populosas do país. Cada uma está representada em uma bola. Quanto mais à esquerda, maior foi o % de retrocesso na nota padronizada Saeb de aprendizado em Português e Matemática em 2021 em comparação com 2019. Apenas três cidades melhoraram o indicador (à direita da linha tracejada).



**4.1.2.6 LONGE DAS MELHORES**

O Inep divulgou o IDEB 2021 dos Anos Iniciais de 27.340 escolas brasileiras da rede municipal, ou seja: gerenciadas pelas prefeituras.

As duas melhores escolas ribeirão-pretanas (José Delibo e Raul Machado, com nota 6,6 cada) ficaram apenas em 2.847º lugar no ranking nacional. Foram 219 escolas com IDEB acima de 8 e 1.208 acima de 7, nenhuma delas da Secretaria de Educação de Ribeirão.

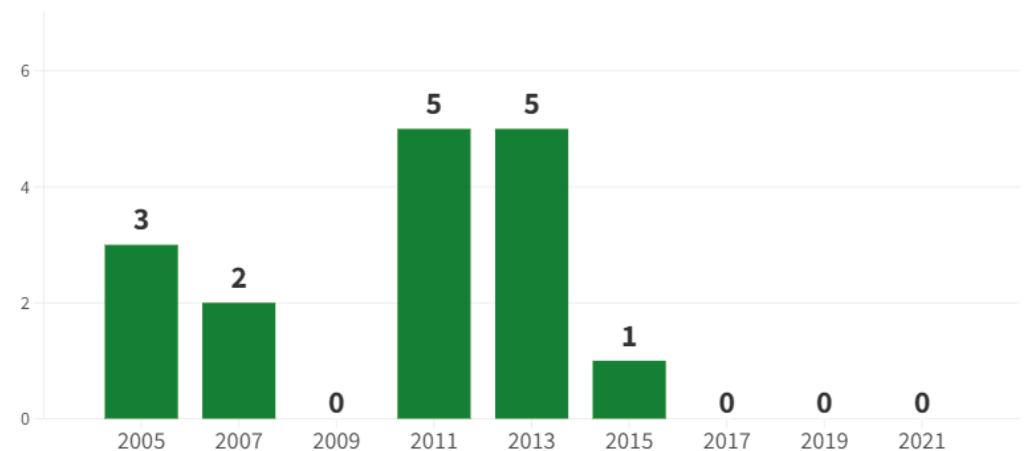
Desse grupo de unidades escolares da rede municipal com IDEB acima de 7, o Ceará se destaca: 355 delas são gerenciadas por prefeituras cearenses. Em seguida vêm as cidades paulistas, com 249 escolas. Sobral é a cidade campeã, com 33 escolas nesse grupo de elite. Em São Paulo, a melhor colocada é a prefeitura de Jundiá, com 19 representantes.

Considerando todas as escolas, de todas as redes (municipal e estadual), Ribeirão teve o seguinte número de escolas gerenciadas pela prefeitura entre as mil melhores de cada edição do IDEB.

**Gráfico 32**

**Anos iniciais - RANKING IDEB**

Número de escolas da rede municipal de Ribeirão Preto que figuraram entre as mil melhores notas (considerando rede estadual e municipal) do Brasil em cada edição



Fonte: INEP

Em 2021, as duas melhores escolas ribeirão-pretanas ficaram apenas em 3.653 no ranking nacional, considerando todas as redes (municipal e estadual).

## 4.2 ANOS FINAIS (6 AO 9 ANO)

### 4.2.1. SÉRIE HISTÓRICA E CONTEXTO

Em Ribeirão Preto, enquanto a rede estadual apresenta uma melhora gradativa e constante desde 2011, a rede municipal registrou uma evolução considerável em 2015, seguida de duas quedas consecutivas e uma nova melhora abrupta.

**Gráfico 34**

#### IDEB - ANOS FINAIS

Redes estadual e municipal de Ribeirão Preto



Fonte: INEP

Chama a atenção a melhora em 2021 nos Anos Finais, justamente no ano em que os impactos da pandemia foram sentidos. Ainda mais considerando a queda expressiva verificada nos Anos Iniciais na mesma edição do IDEB.

É importante lembrarmos que o IDEB é composto pelas avaliações de aprendizado em português e matemática (Prova Brasil / SAEB) e por um indicador de fluxo escolar, ou seja: quantos alunos passaram de ano.

Em razão da pandemia, o CNE (Conselho Nacional de Educação) autorizou a aprovação automática dos estudantes em 2020 e 2021. Foi justamente esse o indicador que alavancou o Ideb nos Anos Finais em Ribeirão Preto, tanto na rede municipal quanto estadual. Ou seja: ocorreu melhora artificial.

Para efeito de comparação, em 2019, a cada 100 alunos da rede municipal nos Anos Finais, dez não passavam de ano. Em 2021, apenas um reprovou. Na rede estadual o indicador teve melhora mais tímida: de oito para sete reprovações em cada cem estudantes.

**Gráfico 35**

#### Anos Finais - taxa de aprovação

A cada cem alunos, quantos passaram de ano em cada rede ribeirão-pretana



Fonte: INEP, dados compilados pelo Instituto Ribeirão 2030

Essa melhora artificial pela aprovação automática não teve tanto impacto nos Anos Iniciais, pois nessa etapa a taxa de reprovação é menor. Assim, para os Anos Finais este estudo não considerará a nota final do IDEB, pois a sua comparação histórica ficará inviável pela distorção na taxa de aprovação. Todas as análises serão feitas a partir dos indicadores de aprendizado em português e matemática SAEB, ou seja: a parcela específica que mede a proficiência na nota IDEB, excluindo o peso do fluxo.

Considerando a evolução das notas médias de aprendizado nessas duas competências, a rede municipal de Ribeirão Preto registrou um avanço expressivo em 2015. Depois, a matemática sofreu três quedas consecutivas, incluindo na pandemia. Já Língua Portuguesa teve uma discreta melhora em 2021, interrompendo duas edições consecutivas de retrocessos.

**Gráfico 36**

**APRENDIZADO - ANOS FINAIS**

Nota média SAEB/Prova Brasil da rede municipal de Ribeirão Preto em cada disciplina, usada na composição do IDEB em cada ano



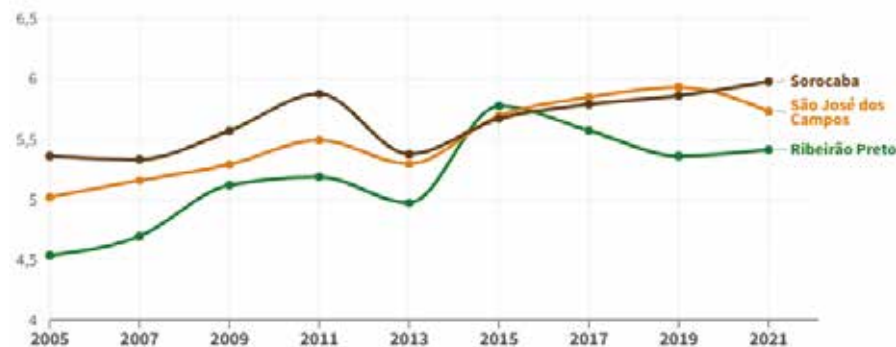
Fonte: INEP

Como já abordado neste estudo, o Inep possui um indicador chamado “Nota média padronizada”, que agrega as notas de Português e Matemática aferidas no SAEB. Do grupo de cidades paulistas de porte semelhante a Ribeirão Preto, apenas São José dos Campos e Sorocaba tiveram resultados divulgados nos Anos Finais no IDEB 2021 na rede municipal de ensino. Abaixo o comparativo dos resultados dessas prefeituras na série histórica

**Gráfico 37**

**APRENDIZADO - ANOS FINAIS**

Nota padronizada de aprendizado em Língua Portuguesa e Matemática no SAEB/Prova Brasil de cada ano na rede municipal, usada na composição do IDEB.



Fonte: INEP

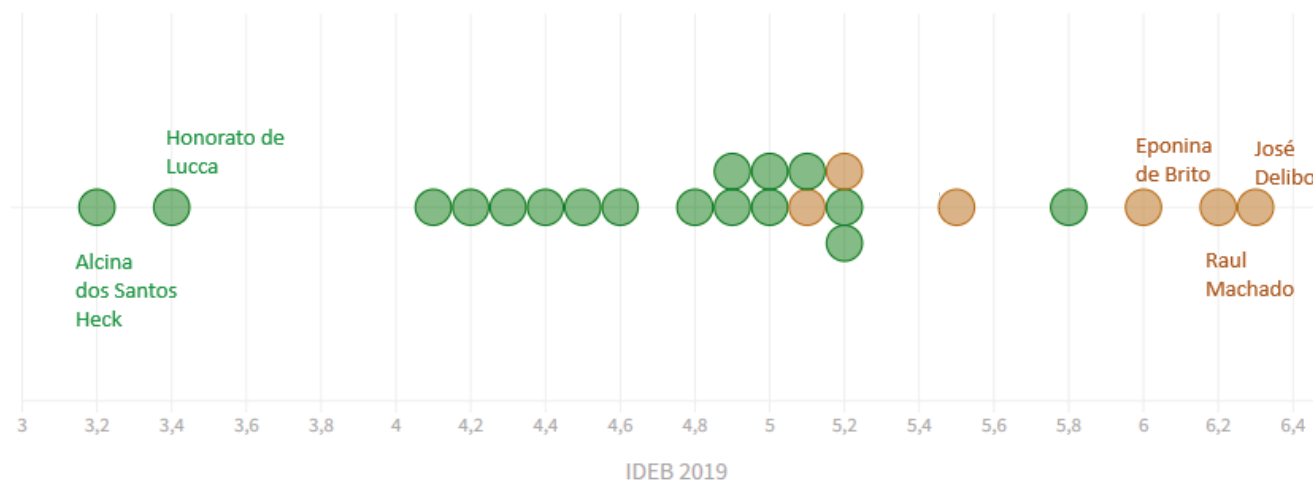
Nos Anos Iniciais, mostramos que Ribeirão Preto chega a ter o melhor indicador em 2011, depois retrocede e se distancia. Nos Anos Finais ocorre comportamento semelhante, mas em outro período: destaca-se positivamente em 2015, e nos anos seguintes é ultrapassado.

Ressaltamos que esses indicadores consideram a média de aprendizado de uma rede. Em 2021, provavelmente os indicadores ribeirão-pretanos foram artificialmente inflados, em razão de apenas as melhores escolas terem atingido os requisitos mínimos (número de alunos participantes) para que o Inep aferisse uma nota. Isso pode ser verificado no gráfico abaixo. Apenas seis escolas municipais tiveram IDEB 2021 divulgado (bolas laranjas), justamente as que tiveram melhor desempenho no IDEB 2019 (estão mais à direita).

Gráfico 38

### ANOS FINAIS - IDEB

Cada bola representa uma escola da rede municipal de Ribeirão Preto com nota divulgada no IDEB 2019. Quanto mais à direita, melhor foi o seu desempenho naquela edição. Em verde estão as unidades que NÃO TIVERAM nota divulgada no IDEB 2021, e em laranja as que TIVERAM nota na última edição da avaliação.



Entendemos que o número de escolas ribeirão-pretanas da rede municipal que atingiram os critérios mínimos para aferição de indicadores pelo INEP do IDEB 2021 é pouco representativo, razão pela qual as médias aferidas neste ano devem ser vistas com ressalvas, dada a possível maior participação de alunos com tendência a melhor desempenho.

Mesmo assim, verificamos que o desempenho das escolas municipais de Ribeirão Preto foi inferior ao das de Sorocaba e São José dos Campos nos anos finais. O gráfico a seguir considera a nota padronizada de aprendi-

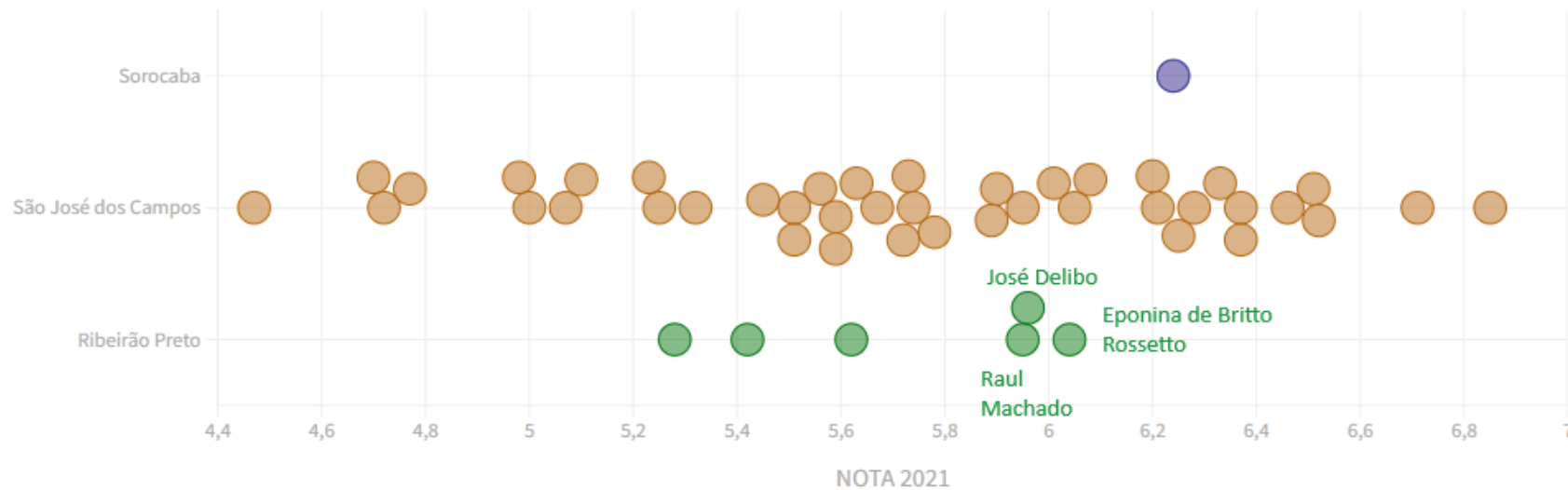
dizado em português e matemática no SAEB (excluindo, portanto, a parcela da nota IDEB referente ao fluxo escolar, que como vimos apresentou distorção em 2021 devido à aprovação automática decorrente da pandemia).

Cada bola representa uma escola da rede municipal de uma cidade com indicador de aprendizado agregado (português e matemática) divulgado no âmbito do IDEB 2021. O fluxo escolar não está considerado. Quanto mais à direita, melhor foi o seu desempenho.

Gráfico 39

## ANOS FINAIS - INDICADOR DE APRENDIZADO

Cada bola representa uma escola da rede municipal de uma cidade com indicador de aprendizado agregado (português e matemática) divulgado no âmbito do IDEB 2021. O fluxo escolar não está considerado. Quanto mais à direita, melhor foi o seu desempenho.



### 4.2.2 APRENDIZADO ADEQUADO

Embora as notas do IDEB e da média padronizada em português e matemática forneçam uma base comparativa de uma rede ao longo dos anos, e dela com a de outras cidades, os números por si só não são suficientes para situar se o aprendizado vai bem ou mal. Uma prefeitura pode ter os melhores indicadores de uma região, e ainda assim serem muito ruins. Ou vice-versa: apresenta notas inferiores às de um grupo comparativo, mas isso não representar um cenário ruim.

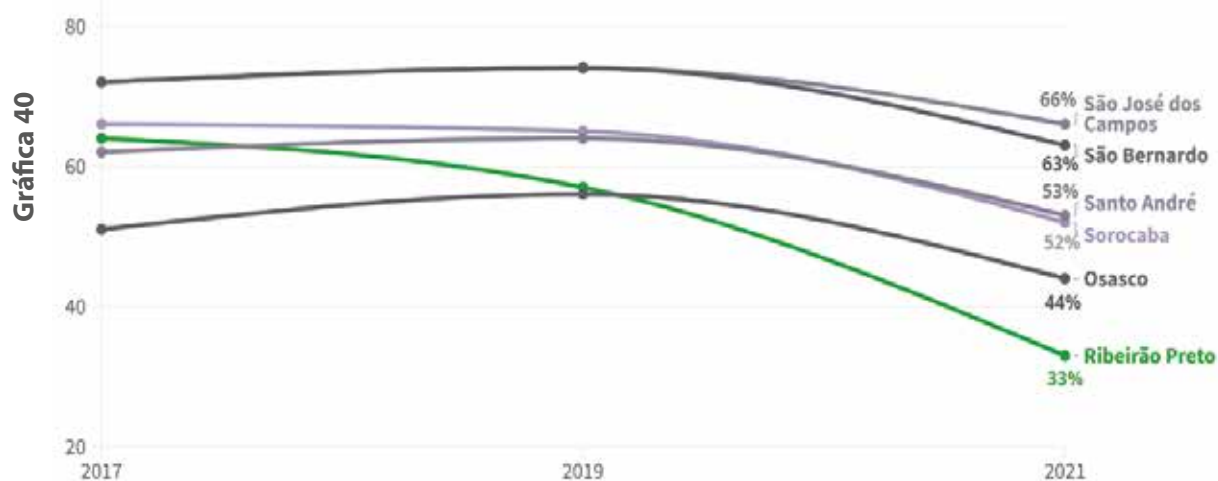
Para auxiliar nessa parametrização, este estudo optou por aplicar a mesma metodologia utilizada pela plataforma de dados educacionais QEdu, que por sua vez, utiliza a base teórica formulada pelo pesquisador José Fran-

cisco Soares, especialista em educação do país. Chico Soares, como é conhecido, criou escalas de aprendizado a partir da nota Saeb/Prova Brasil, de acordo com a disciplina e a etapa de ensino, divididas em: insuficiente, básico, proficiente e avançado. Soares considera aprendizado adequado os alunos com desempenho proficiente e avançado.

Este estudo compilou indicadores do QEdu para comparar a rede municipal de Ribeirão Preto com grupo de cidades de porte semelhante. Optou-se por aferir apenas os Anos Iniciais, em razão das distorções já apontadas ocorridas nos Anos Finais em 2021. O comparativo é revelador da crítica situação de declínio ribeirão-pretano já em 2019, antes da pandemia.

### Percentual de alunos com aprendizado adequado em Matemática

Rede municipal de cada cidade, Anos Iniciais



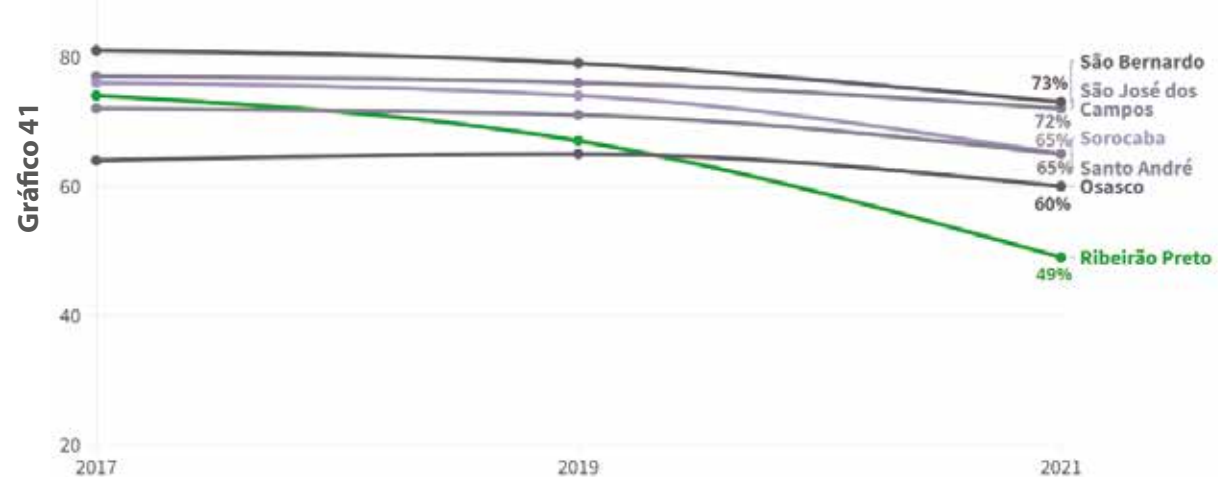
Fonte: dados obtidos da plataforma QEdU

**PONTO DE ATENÇÃO**

Ribeirão Preto apresenta o pior percentual de alunos com aprendizado adequado em Matemática e Língua Portuguesa em comparação com outras quatro cidades de mesmo porte.

### Percentual de alunos com aprendizado adequado em Português

Rede municipal de cada cidade, Anos Iniciais



Fonte: dados obtidos da plataforma QEdU

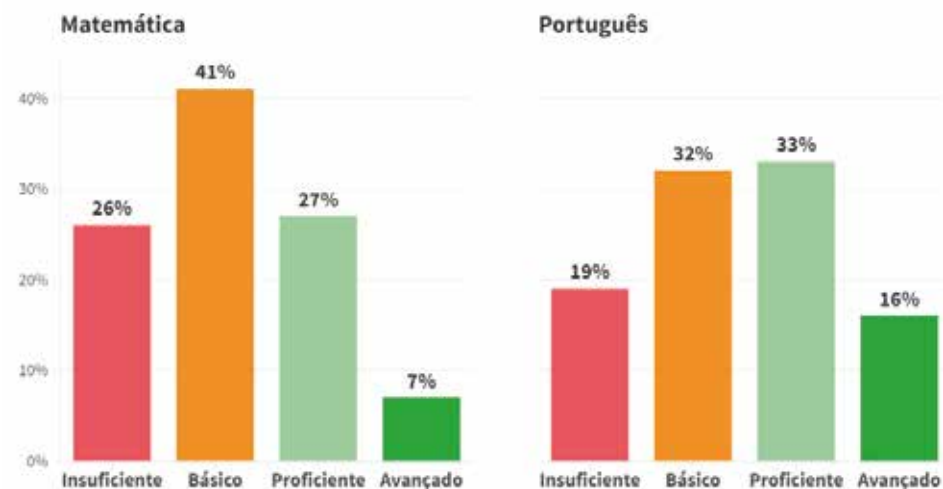


Considerando apenas os alunos da rede municipal de Ribeirão Preto, nos Anos Iniciais de 2021, temos a seguinte distribuição de proficiência, ainda considerando a metodologia do pesquisador Chico Soares e dados da prova Saeb compilados pela plataforma QEdU:

**Gráfico 42**

**Distribuição dos alunos por nível de aprendizado**

Alunos dos Anos Iniciais da rede municipal de Ribeirão Preto (2021)



Classificação segundo escala do professor Chico Soares, dados do Saeb 2021 compilados pela plataforma QEdU.

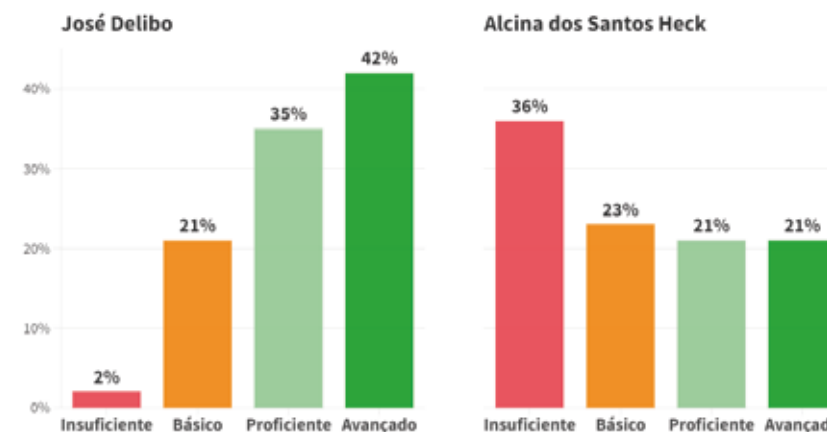
Ainda aproveitando a mesma metodologia e fonte de dados, este estudo comparou o nível de aprendizado em português dos alunos da José Delibo e da Alcina dos Santos Heck, respectivamente a melhor (empatada com a Raul Machado) e a pior escola da rede municipal no Ideb 2021. A disparidade é gritante: enquanto em uma 42% dos alunos são avançados, na outra 36% tiveram desempenho insuficiente.

Planejamento Estratégico para a Gestão da EQUIDADE

**Gráfico 43**

**Distribuição dos alunos por nível de aprendizado em Português**

Anos Iniciais (2021)



Classificação segundo escala do professor Chico Soares, dados do Saeb 2021 compilados pela plataforma QEdU.

4.2.3 FATOR SOCIOECONÔMICO

Há consenso entre pesquisadores de que o fator socioeconômico dos alunos (componente “extramuros” da escola) tem peso relevante no desempenho escolar. José Marcelino de Rezende Pinto, professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) acredita que até 70% do aprendizado é influenciado por fatores indiretamente ligados ao ambiente estritamente escolar.

Entre esses fatores está o “capital cultural das famílias”, como grau de escolarização dos pais e o acesso do aluno a livros, cinema, entre outros. Por isso, rankings de desempenho das escolas usando apenas o componente da nota dos alunos, sem agregar a variável socioeconômica, pode camuflar realidades.

“Uma escola com Ideb baixo pode estar aproveitando muito melhor a potencialidade dos seus alunos, acrescentando diversas

competências que eles não adquiriram dos familiares, do que uma escola com Ideb alto, mas que poderia ser ainda maior”, explicou Marcelino, em entrevista ao Instituto Ribeirão 2030 utilizada para o diagnóstico dos 17 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) em Ribeirão Preto.

Quatro pesquisadores de áreas e instituições diferentes, assinam o artigo "Análise dos fatores que causam dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental”, publicado na Revista Espacios, em 2017. Para eles, existem fatores internos e externos, que levam às dificuldades de aprendizagem relacionados ao ambiente em que a criança está situada, podendo ser de ordem pessoal, familiar, emocional, pedagógica e social. E, com relevância, podem estar atrelados às questões socioeconômicas.

Para outro grupo da USP, autores da publicação "A pobreza e a mente: perspectiva da ciência cognitiva," não se trata de indagar se o nível socioeconômico realmente importa, mas, sim, o quanto importa. A partir de estudo empírico, com 350 crianças, o trabalho acrescenta nesse tema. "Um grande avanço científico foi a descoberta de que a arquitetura do cérebro é afetada pelas primeiras experiências das crianças e que fatores ambientais podem melhorar ou piorar suas habilidades cognitivas."

A assertiva acima contribui com a tese de que a primeira infância precisa ganhar destaque nos projetos pedagógicos das redes municipais de ensino, responsáveis pelo atendimento desse público. Profundo, com muitas análises a partir de variantes distintas, o estudo conclui apresentando propostas de políticas a serem implementadas, com destaque para a primeira infância.

Nesse ponto do trabalho, vale a afirmação que "a pesquisa mostrou que crianças brasileiras crescendo em situação de pobreza têm as funções executivas e as habilidades de linguagem muito menos desenvolvidas quando comparadas a crianças vivendo em realidades economicamente mais favorecidas".

A partir de questionário aplicado aos alunos no ato de realização da Prova Saeb (Sistema de Avaliação de Educação Básica) para aferição

do IDEB, o Ministério da Educação coleta dados como: escolaridade dos pais, eletrodomésticos na casa, condições de estudo na moradia (como a existência de uma mesa de estudos ou escrivaninha), entre outros. Com base nessas informações, o órgão atribui a cada escola o Indicador de Nível Socioeconômico (INSE), que vai em uma escala de nível 1 a 8, conforme o quadro abaixo:

**Tabela 9: Nível Socioeconômico (INSE)**

Nível	Indicador INSE	Descrição
I	Até 3	Estudantes não possuem muitos dos bens e serviços pesquisados (computador, TV por internet, carro, wifi, mesa para estudar, garagem, forno de micro-ondas, aspirador de pó, máquina de lavar roupa e freezer). A escolaridade dos pais varia entre até o 5º ano do ensino fundamental incompleto e o ensino fundamental completo.
II	De 3 a 4	A maioria dos estudantes tem geladeira, uma televisão, um banheiro, mas apenas parte tem alguns dos outros bens listados (como wifi). A escolaridade dos pais varia entre até 5º ano do ensino fundamental incompleto e ensino médio completo.
III	De 4 a 4,5	A maioria dos estudantes tem geladeira, uma televisão, um banheiro, wifi e máquina de lavar roupa, e parte alguns dos outros bens listados, mas em menor quantidade. A escolaridade dos pais varia entre até 5º ano do ensino fundamental completo e ensino médio completo.
IV	De 4,5 a 5	A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa uma geladeira, um banheiro, wifi, máquina de lavar roupa, TV por internet, freezer e dois ou mais celulares com internet, e parte disse ter alguns dos outros bens listados, como carro e local de estudo com escrivaninha. A escolaridade dos pais varia entre até 5º ano do ensino fundamental completo e ensino médio completo.
V	De 5 a 5,5	A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa uma geladeira, dois ou mais celulares com internet, um carro, mesa para estudar, wifi, TV por internet, garagem, forno de micro-ondas, máquina de lavar roupa e freezer. A escolaridade dos pais varia entre o Ensino Fundamental completo e ensino médio completo.
VI	De 5,5 a 6	A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa uma geladeira, dois ou mais celulares com internet, um carro, mesa para estudar, wifi, TV por internet, garagem, forno de micro-ondas, máquina de lavar roupa, freezer e aspirador de pó. Parte relevante tem outros bens, como um ou mais computadores. A escolaridade dos pais varia entre o ensino médio e o ensino superior completo.
VII	De 6 a 7	A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa três ou mais quartos para dormir, dois ou mais computadores, garagem, mesa para estudar, wifi, máquina de lavar roupa, TV por internet, freezer, aspirador de pó, forno de micro-ondas e três ou mais celulares com internet. A escolaridade dos pais varia entre o ensino médio e o ensino superior completo.
VIII	Acima de 7	A maioria dos estudantes tem em sua casa todas as respostas mais altas sobre os bens, ou seja: duas geladeiras, três ou mais quartos para dormir, três ou mais televisões, três ou mais banheiros, três ou mais celulares com internet, dois ou mais computadores, garagem, mesa para estudar, wifi, máquina de lavar roupa, TV por internet, forno de micro-ondas, freezer e aspirador de pó. A escolaridade da mãe e/ou do pai (ou responsáveis) é caracterizada por ensino superior completo.



A análise, relativa aos resultados de 2019, resulta nos seguintes destaques:

As três escolas com melhor IDEB (à direita do gráfico) são de nível socioeconômico VI, o mais elevado da rede municipal. As duas escolas com o pior IDEB (à esquerda do gráfico) são de nível socioeconômico IV, o menor da rede municipal. Embora seja de nível socioeconômico IV, a escola Faustino Jarruche obteve Ideb superior ao de escolas de nível socioeconômico mais alto, indicando que alguma política e/ou gestão interna foi bem sucedida e pode ser replicada.

A escola com melhor indicador socioeconômico em 2019 foi a José Delibo, com INSE 5,78. Ela está localizada no Jardim Castelo Branco, região de famílias de classe média. Já a unidade com o INSE mais baixo em 2019 foi a Jaime Monteiro de Barros, com 4,70. Ela fica no Jardim Aeroporto, ao final da Avenida Recife, em uma das regiões mais precárias de Ribeirão Preto, cercada por habitações ou comunidades irregulares.

De acordo com a classificação do Ministério da Educação, na José Delibo a maioria dos estudantes tem em sua casa carro, mesa para estudar, ao menos dois celulares na família com conexão à internet, parte relevante tem computador e seus pais têm escolaridade que chega ao Ensino Superior completo. Já na Jaime Monteiro de Barros, a maioria provavelmente não tem em sua residência um espaço específico para estudos, não tem carro e a escolaridade dos responsáveis varia, na média, entre o fundamental incompleto e o ensino médio completo.

Vamos aos dados de 2021, novamente considerando o IDEB dos Anos Iniciais, com a ressalva de que é um ano já impactado pela pandemia de Covid 19:





A análise desses dois anos reforça o relevante peso do fator socioeconômico no desempenho escolar. Assim, uma política voltada para a equidade na educação precisará, necessariamente, ser transversal, de modo a contemplar também o extramuro.

#### 4.2.4 DUPLA PENALIDADE

Se a situação socioeconômica desfavorável é um fator prejudicial ao desempenho escolar, seria óbvio considerar que a política pública voltada para a equidade deveria contrabalançar investindo mais recursos nas unidades mais vulneráveis, principalmente em recursos humanos. Entretanto, verifica-se situação oposta.

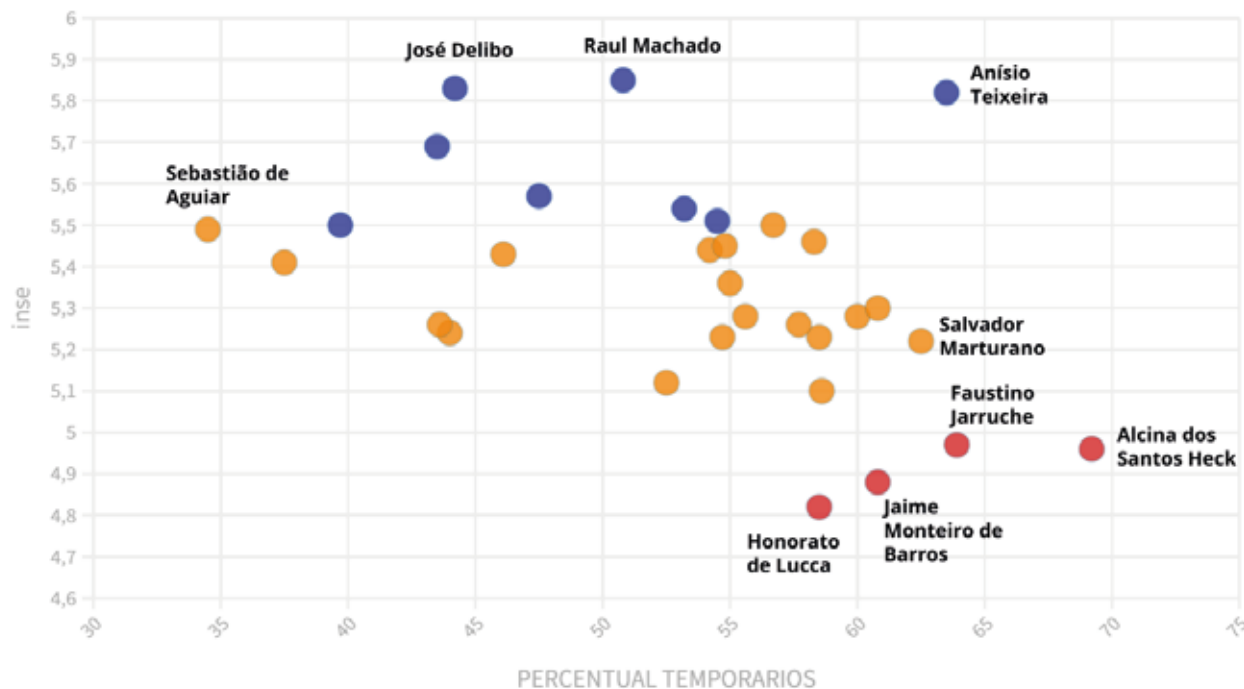
O gráfico abaixo associa o INSE 2021 das escolas da rede municipal ao percentual de professores temporários da mesma. Ou seja: do total de docentes, quantos são em regime não estatutário, com alta rotatividade e menores salários, conforme já exposto. Foram considerados os dados da folha de pagamento de agosto de 2023, disponíveis no Portal de Transparência da prefeitura (foi utilizada a coluna "Local" associado a cada servidor na tabela, por considerar que o mesmo é o local principal de trabalho):

Gráfico 46

### Ideb e professores temporários (%) por escola

Cada bolinha é uma escola da rede municipal de Ribeirão Preto. Quanto mais à direita, maior o percentual de professores temporários (agosto de 2023) em relação ao total de docentes. Quanto mais acima, melhor a situação socioeconômica dos alunos.

Nível socioeconômico ● Nível IV ● Nível V ● Nível VI



Fonte: Inep e portal da Transparência de Ribeirão Preto, dados compilados pelo Instituto Ribeirão 2030

Verifica-se que as duas escolas com maior percentual de professores temporários sobre o total de docentes são, justamente, do grupo de pior nível socioeconômico. As outras duas unidades desse grupo também têm mais de 55% de seu quadro formado por não concursados.

Tabela 10: INSE das escolas municipais

Escola	INSE 2021	Classificação INSE
EMEF Raul Machado	5,85	Nível VI
EMEF José Delibo Vereador	5,83	Nível VI
EMEF Prof. Anísio Teixeira	5,82	Nível VI
EMEF Profa. Eponina de Britto Rossetto	5,69	Nível VI
EMEF Profa. Maria Ignez Lopes Rossi	5,57	Nível VI
EMEF Dr. Paulo Monte Serrat Filho Prof.	5,54	Nível VI
EMEF Profa. Dercy Célia Seixas Ferrari	5,51	Nível VI
CEMEI Prof. Eduardo Romualdo de Souza	5,5	Nível VI
EMEF do Caic Antônio Palocci	5,5	Nível V
Sebastiao de Aguiar Azevedo unidade II	5,49	Nível V
EMEFEM Prof. Dr. Waldemar Roberto	5,46	Nível V
EMEF Dom Luís Amaral Mousinho	5,45	Nível V
EMEF Dr. Júlio Cesar Voltarelli	5,44	Nível V
EMEFEM Prof. Alfeu Luiz Gasparini	5,43	Nível V
EMEF Prof. José Rodini Luiz	5,41	Nível V
EMEF Geralda de Souza Espin	5,36	Nível V
EMEF Sebastião de Aguiar Azevedo	5,3	Nível V
CEMEI Dr. João Gilberto Sampaio	5,28	Nível V
EMEF Prof. Paulo Freire	5,28	Nível V
EMEF Profa. Neuza Michelutti Marzola	5,26	Nível V
EMEF Prof. Jarbas Massullo	5,26	Nível V
EMEF Profa. Elisa Duboc Garcia	5,24	Nível V
EMEF Prof. Dr. Domingos Angerami	5,23	Nível V
EMEF Maria Inês Vieira Machado	5,23	Nível V
EMEF Prof. Salvador Marturano	5,22	Nível V
CEMEI Virgilio Salata	5,12	Nível V
EMEF Nelson Machado	5,1	Nível V
EMEF Dr. Faustino Jarruche	4,97	Nível IV
EMEF Alcina dos Santos Heck	4,96	Nível IV
EMEF Prof. Jaime Monteiro de Barros	4,88	Nível IV
EMEF Prof. Honorato de Lucca	4,82	Nível IV

### 4.3 PESQUISAS DA CÁTEDRA DO INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS (IEA)

A Secretaria de Educação de Ribeirão Preto conhece os resultados da qualidade educacional da rede. A Cátedra do IEA, que tinha à época o educador Mozart Ramos como catedrático, elaborou e compartilhou pesquisa sobre a realidade local, com dados de 2017 e 2019. O trabalho intitulado "O desempenho escolar da rede municipal de educação de Ribeirão Preto" é analítico e indica caminhos ao diagnosticar os problemas de muitas das escolas municipais.

Segundo o relatório do grupo, em 2017, 27 escolas foram consideradas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, enquanto, em 2019, esse número foi de 24.

Em relação ao trabalho realizado pelo Instituto 2030, o estudo da Cátedra acrescenta análise a partir de cinco variáveis: Aprendizagem adequada de Língua Portuguesa; Aprendizagem adequada em Matemática; Aprendizagem escolar obtida da nota média padronizada dos exames em Língua Portuguesa e Matemática em 2017; Fluxo escolar e Distorção Idade-série. Com esses dados em mãos, além de apontar as escolas mais frágeis, indica quais os problemas, apresentando especificidades valiosas para a criação de propostas pedagógicas.

Em apresentação realizada na Secretaria de Educação, no início de 2023, o grupo fez recomendações importantes. São elas:

**1.Reduzir a desigualdade:** Há uma desigualdade relativamente grande entre as escolas da rede municipal de Ribeirão Preto, tanto nos Anos Iniciais como Finais do Ensino Fundamental. Um esforço precisa ser feito para assegurar uma melhor equidade na rede. O município poderia estimar uma meta de redução para o coeficiente de variação para os próximos 10 anos, para as duas etapas escolares analisadas. Outra iniciativa seria a de implementar programa de colaboração entre escolas envolvendo aquelas de melhor desempenho com aquelas com maiores dificuldades, como faz o estado do Ceará.

**2. Melhorar a aprendizagem em matemática:** Há um claro problema em matemática, especialmente para os anos finais do Ensino Fundamental. Caberia ao município oferecer um curso de formação continuada aos professores, a partir de uma análise mais apurada do que é que os alunos não estão aprendendo com base nos diferentes sistemas de avaliação que o município vem se submetendo, especialmente o SARESP.

**3. Estruturar uma equipe de técnicos em leitura de dados educacionais:** Hoje o município conseguiu ter um bom sistema de informação de dados gerenciais da educação, precisa agora estruturar um grupo de trabalho qualificado nesta área na secretaria para selecionar as informações mais estratégicas para a tomada de decisão.

**4. Melhorar a comunicação:** O sistema de comunicação da Secretaria de Educação precisa de um melhor suporte para dar mais visibilidade às ações que estão sendo realizadas para melhorar o desempenho escolar na rede.

**5. Profissionalizar a gestão escolar:** Investir fortemente na gestão escolar e considerar o trabalho realizado pela aluna de pós-doutorado Filomena Siqueira da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira como “bússola” neste trabalho.

## 4.4 EQUIDADE COMO TEMA CENTRAL

Ficou evidente, até aqui, que a rede municipal de ensino reflete e refrata a realidade social de Ribeirão Preto, produzindo piores resultados de aprendizagem em áreas mais vulneráveis. Desta forma, é fundamental a proposta de um programa intersetorial de atendimento multidisciplinar.

Em pesquisa realizada por Aline Kakuzo Sonobe, em 2013, intitulada “Política pública e equidade: análise das condições de oferta das escolas públicas de ensino fundamental do município de Ribeirão Preto”, observamos haver diferentes ofertas entre as escolas da rede acentuando os resultados discrepantes entre as unidades escolares.

Para localizar o Índice de Condições de Oferta da Escola (ICOE), criado por professores da FEA/USP de Ribeirão Preto[1], Sonobe avaliou a infraestrutura básica (energia, água, internet) e o equipamento escolar em si: Biblioteca/sala de leitura; laboratório de Informática; laboratório de ciências; quadra de esportes; acesso à internet; quantidade de computadores para o uso do aluno; formação docente e quantidade de alunos por turma.

Cláudia Passador e Thiago Alves, no livro *A Educação Pública no Brasil*, afirmam que “alguns estudos mostram que as condições de oferta da escola podem ter menor influência para os alunos de origem socioeconômica privilegiada, mas para aqueles cuja origem é desfavorecida, uma escola com melhores condições de infraestrutura pode implicar em uma variação expressiva de seu desempenho cognitivo.”

O presente estudo do Instituto Ribeirão 2030 analisou alguns parâmetros de infraestrutura básica das escolas de Ribeirão Preto, considerando apenas as unidades com alunos matriculados no Ensino Fundamental no Censo Escolar de 2022. Nas escolas privadas foram consideradas apenas as da rede particular (excluídas as comunitárias ou filantrópicas).



**Tabela 11: Infraestrutura básicas das escolas do Ensino Fundamental**

	Estadual	Municipal	Privada
Número de escolas	65	31	75
Quantidade de matrículas no E. Fundamental	30.118	21.900	21.498
Total de computadores (desktop + notebook)	2.237	918	1.719
Aluno do E. Fundamental para cada computador	13,5	23,9	12,5
Salas climatizadas (%)	3%	21%	38%
Existência de laboratório de ciências	15%	26%	29%
Existência de biblioteca ou sala de leitura	88%	90%	85%
Quantidade de profissionais bibliotecários	18	10	31

A análise aponta uma considerável divergência da infraestrutura da rede privada para a municipal em Ribeirão Preto na climatização das salas de aula, computadores por aluno e profissionais de atendimento para biblioteca. Mas a maior discrepância está na quantidade média de alunos por turma nos Anos Iniciais. O Inep possui um indicador específico para mensurar a média de alunos por turma em cada unidade escolar. As tabelas 12, 13 e 14 utilizam esses dados já consolidados fornecidos pelo órgão público. Os dados das unidades particulares, neste caso, incluem as filantrópicas:

**Tabela 12: Alunos por turma por rede - AI**

Média de alunos por turma	Número de escolas por rede		
	Estadual	Municipal	Privada
Até 20 alunos			52
De 21 a 25 alunos	9	11	21
De 26 a 30 alunos	22	19	4
Mais de 30 alunos	7		3
Total de escolas	38	30	80

A seguir listamos o percentual de escolas em cada faixa de média de alunos por turma nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de Ribeirão Preto. Os dados ainda são do Censo Escolar 2022. Dados das unidades particulares incluem as filantrópicas.

**Tabela 13: Alunos por turma por rede - AI**

Média de alunos por turma	Estadual	Municipal	Privada
Até 20 alunos	0%	0%	65%
De 21 a 25 alunos	24%	37%	26%
De 26 a 30 alunos	58%	63%	5%
Mais de 30 alunos	18%	0%	4%

Verifica-se que na rede estadual de Ribeirão Preto há um maior percentual de escolas com salas com mais alunos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em comparação com a rede municipal. Entretanto, esta tem turmas mais volumosas que a rede privada do município.

Na análise comparativa de redes municipais de municípios de porte semelhante, verificamos que Ribeirão Preto tem a menor média de alunos por sala.

**Tabela 14: Aluno por turma por cidade, rede municipal**

Cidade	Média de alunos por turma	
	Anos Iniciais	Anos Finais
Ribeirão Preto	25,1	29,8
Sorocaba	25,2	33,0
Santo André	25,3	--
São Bernardo do Campo	26,4	--
Osasco	27,9	--
São José dos Campos	29,6	29,3

Todos os dados trazidos neste documento, são compilados da rede como um todo. Vamos agora à análise pormenorizada de cada escola.

Gráfico 47

## Nível Socioeconômico e média de alunos por turma (Anos Iniciais)

Cada bolinha é uma escola da rede municipal de Ribeirão Preto. Quanto mais à direita, maior a média de alunos por turma nos Anos Iniciais do Fundamental. Quanto mais acima, melhor a situação socioeconômica dos alunos. A divisão em cores é por faixa socioeconômica, segundo classificação do Inep.

Faixa socioeconômica ● Nível IV ● Nível V ● Nível VI

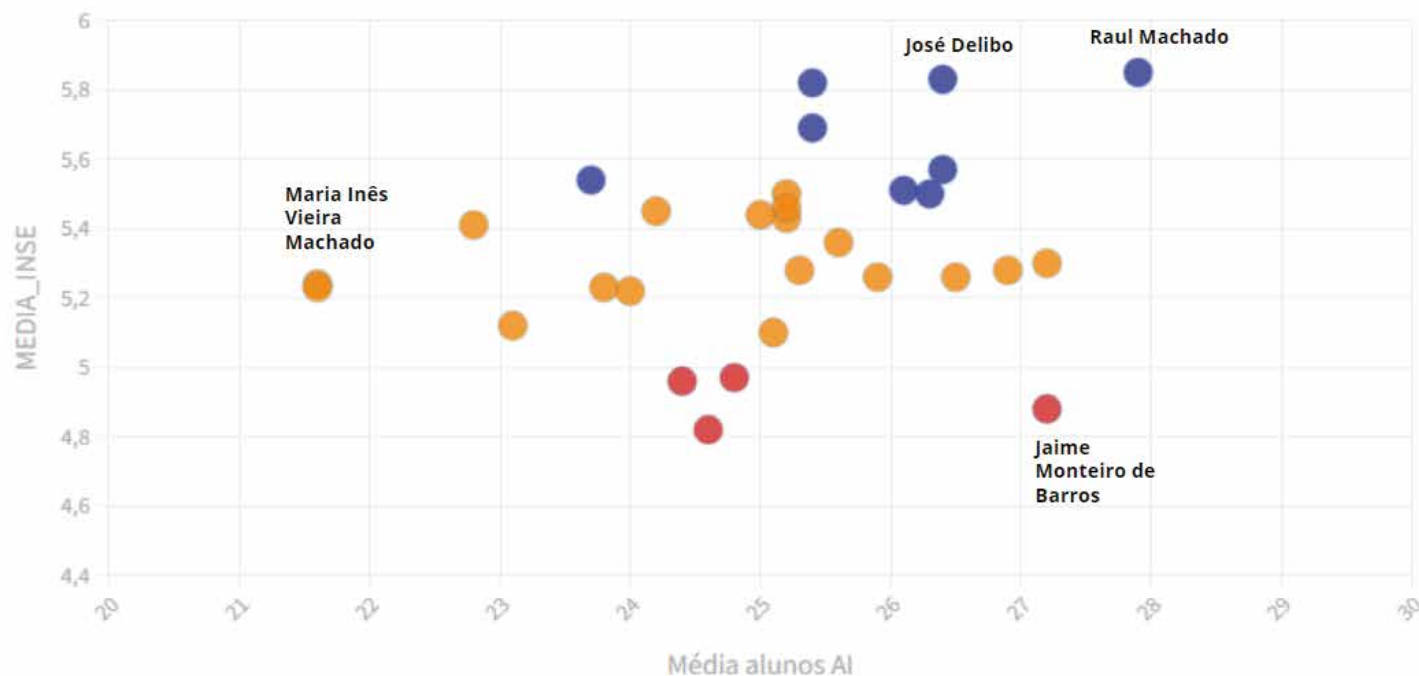
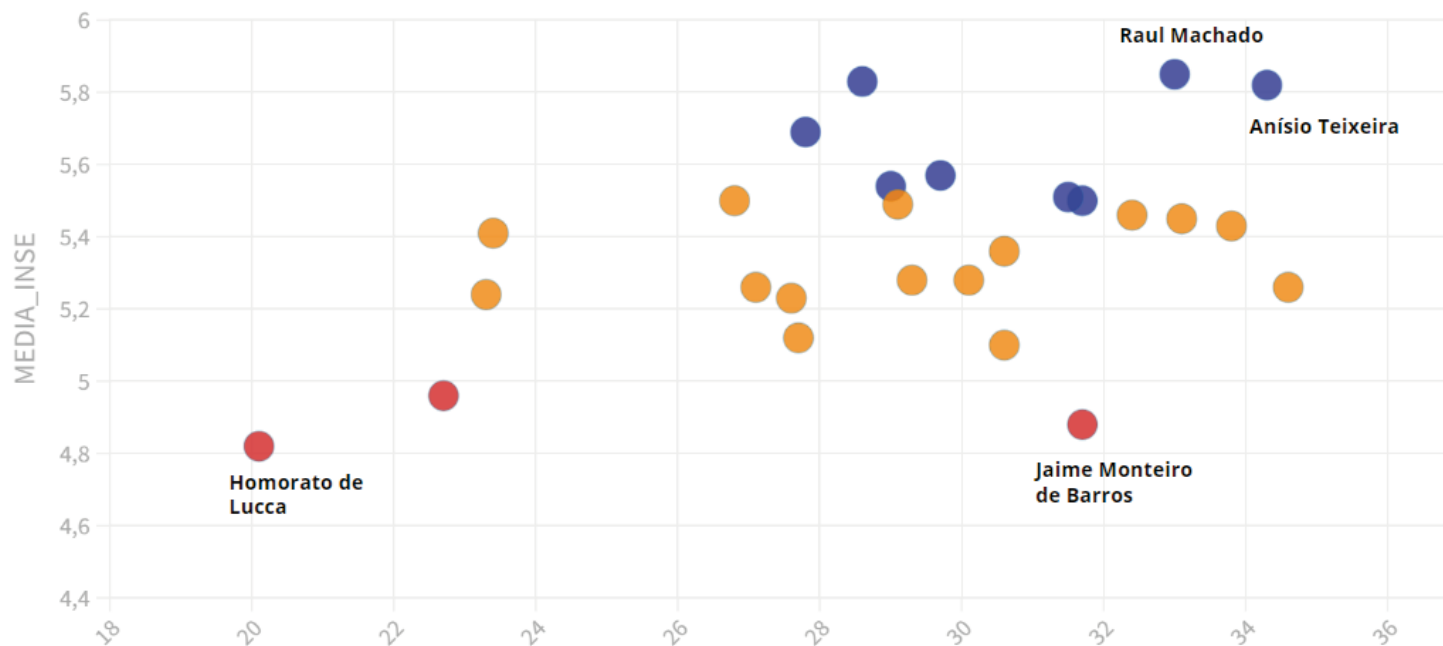


Gráfico 48

## Nível Socioeconômico e média de alunos por turma (Anos Finais)

Cada bolinha é uma escola da rede municipal de Ribeirão Preto. Quanto mais à direita, maior a média de alunos por turma nos Anos Finais do Fundamental. Quanto mais acima, melhor a situação socioeconômica dos alunos. A divisão em cores é por faixa socioeconômica, segundo classificação do Inep.

Faixa socioeconômica ● Nível IV ● Nível V ● Nível VI



Fonte: Inep, dados compilados pelo Instituto Ribeirão 2030

Verificamos que não há correlação entre o nível socioeconômico dos alunos de uma escola da rede municipal com o tamanho de alunos da turma. Importante frisarmos, porém, que a média de alunos maior ou menor não significa que a capacidade da sala está adequada. Um espaço pode comportar confortavelmente até 30 alunos e estar com 29, enquanto outro comportaria com conforto 25, mas está com 28. Não há dados disponíveis, nas bases abertas do Governo Federal, para compararmos a metragem das turmas de modo a analisar a ocupação de alunos por m<sup>2</sup>. Mas essa relação, mais do que avaliação de espaço físico, impacta na atenção do professor ao aluno e na dispersão em grandes grupos.

Esses dados são autodeclarados por cada escola ao Governo Federal para o Censo Escolar. A existência de uma estrutura não significa que a mesma tem qualidade. Uma unidade pode declarar possuir sala de ciências, por exemplo, mas não ter instrumentos para os alunos manusearem, ou uma quadra de esportes coberta, mas com goteiras e buracos no piso.

Há relatos de professores e alunos de escolas em que não há conforto sonoro. As crianças em horário de recreio atrapalham as que estão estudando, por exemplo.

Essencial, assim, que sejam levantados e/ou disponibilizados dados relativos à percepção da comunidade escolar sobre cada escola, de modo a mensurar quais as principais dificuldades da mesma.



## 4.5 SOBRE OS SABERES DOS DOCENTES

Com a proposta de promover escutas para diagnóstico e compreensão da rede, três secretários e dois técnicos foram ouvidos, além dos participantes da audiência pública sobre educação, realizada pela Câmara Municipal em 28 de agosto de 2023.

O trabalho de pesquisa de Caroline Vieira de Souza, da Faculdade de Filosofia e Letras da USP, intitulado: Os saberes docentes dos coordenadores pedagógicos da rede pública municipal de Ribeirão Preto, concluído em 2020, traz referenciais de campo com depoimentos de 5 coordenadores pedagógicos, dos 34 atuantes na Secretaria de Educação. Não identificados, os profissionais foram diretos em suas análises do trabalho demandado pela rede.

Souza se guiou pela pergunta: quais são os saberes docentes desses profissionais para discuti-los à luz do referencial teórico-metodológico da área educacional? Os coordenadores pedagógicos foram inseridos na grade profissional da secretaria a partir do concurso público realizado em 2015, então, todos os entrevistados tinham 5 anos de experiência.

Como primeira conclusão, a pesquisadora afirma que as colocações dos coordenadores evidenciam haver consciência prática sobre ações que facilitam o processo de ensino-aprendizagem, especialmente em atividades de aproximação família-escola, aparelhamento dos professores quanto a recursos pedagógicos que podem ser explorados em sala de aula e nas intervenções que auxiliam o professor no planejamento, desenvolvimento e avaliação de suas aulas.

Com foco no diagnóstico de problemas, os cinco coordenadores mostram-se extremamente favoráveis à formação continu-

ada, mas criticam as propostas de cima para baixo defendidas pelas gestões. Eles comentam que no período de 2007 a 2009 houve uma parceria com a Universidade de São Paulo para a promoção desses cursos e que os conteúdos saíam da realidade escolar. Com o fim desta modelagem, as gestões sucessivas passaram a oferecer formação não planejada com a interferência de atores desassociados da realidade local, pautados em experiências privadas e que desconsideravam o saber existente, defendendo propostas de gestão e formação pedagógica com referenciais próprios, sem diálogo com as anteriormente proferidas.

As narrativas de entraves servem de base para a criação de uma proposta de formação que considere as expectativas dos coordenadores. Um dos pontos relevantes é o desvio de função. Alguns deles reiteram que são chamados a exercerem muitas outras atividades não tendo agenda profissional para cumprirem as funções de coordenação.

(...) até o ano passado quem fazia esse TDC rede éramos nós na escola, então, ele rendia muito mais com as PEB II, porque eu fazia formação nesse período né, só que aí tirou.

(...) existe um grande problema que a gente está enfrentando, que é a falta de professor (2020). Eu nunca precisei substituir um professor, mas a diretora e a vice, acabam saindo da função para cobrir o que precisa... Eu fico, né, na gestão sozinha e acabo tendo que atender problema de indisciplina, problema de pais que chegam para conversar, até questões de secretaria, burocracia. E assim, vai ficando meu trabalho sempre para o canto.

Então a gente passou por 3 semanas de greves bem pesadas. Teve que fazer um replanejamento, só que aí entrou um complicador, porque a Secretaria pediu um replanejamento com reposição e era pra Secretaria não era pra mim. Eles têm um outro formato, quer dizer é uma coisa que desorganiza tudo (...).

Não era linha que eu estava trabalhando.

(...) não adianta eu ficar lá trabalhando, ensinando planejamento e aí eu tenho um professor que dá aula em 4 escolas e, aí faz um super planejamento, só que vai para outra escola e tem que fazer um outro planejamento de uma outra forma. Aí chega na outra escola e não precisa fazer planejamento. Aí chega na outra escola tem que fazer semanário em cima de plano de ação, não sei o quê, então a gente tem que ser coeso, fazer algo de Rede, né, pelo menos um formato de rede e aí fica específico para cada escola o que vai ser feito.

Às vezes o professor tem 4 horários no mês e ele opta fazer 2 em outra escola, ou tudo na outra escola. Então não tenho professor aqui.

Depois que foi implementada uma resolução em 2017, o negócio piorou, no sentido de ter encontro, porque foi instaurado uma plataforma, AVA, uma plataforma online que mudou. Boa parte da carga horária do profissional é exercida em conteúdo dentro dessa plataforma, e aí foi tirado mais tempo ainda dos encontros semanais.

Transcrição: SOUZA (2020).

Conforme já exposto, a capacitação e formação continuada de docentes representou a menor ação orçamentária da Secretaria de Educação no ano de 2022, correspondendo a apenas 0,002% do total gasto.

Ao aplicar a prova Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), que mensura o aprendizado dos alunos para a formulação do IDEB, o Governo Federal também apresenta um questionário de preenchimento voluntário para diretores e professores. Em 2019, último ano com microdados divulgados, apenas 110 profissionais da rede municipal se manifestaram, de um universo de aproximadamente 4 mil docentes (aqui considerando também os da Educação Infantil). Portanto, a amostra não pode ser considerada representativa o suficiente. Os resultados, apesar de vistos com ressalvas, não podem ser ignorados:

- ▶ 46% dos respondentes disseram que trabalham em mais de 1 escola
- ▶ 55% acham que o professor tem mais desvantagens do que vantagens
- ▶ 43% disseram que “não participaram” ou “participaram pouco” de processos de formação distribuídos por semanas ou meses

## 4.6. A CONTRIBUIÇÃO DA GESTÃO

Rafael Povedano, mestre pela FEA/RP, pesquisou 3.330 escolas no Brasil, conforme já referenciado. Seu trabalho *Práticas administrativas e pedagógicas para a melhoria de leitura e escrita: um estudo em escolas municipais de ensino fundamental II* (concluído em 2019), analisa experiências e estuda quatro grupos: alunos, professores, diretores e escola, com base em 124 variáveis, como por exemplo: merenda escolar; equipamentos disponíveis; envolvimento do diretor na manutenção da escola; nível de formação dos pais; perfil pessoal; regime de trabalho; planejamento docente; prática docente; formação e experiência; atuação com a família e a comunidade; práticas de gestão; práticas pedagógicas; participação da família; aspectos familiares, hábitos do aluno.

Ao fazer correlação entre os investimentos anuais médios por aluno realizados pelos municípios no Ensino Fundamental no período de 2012 e 2014 e seu desempenho no Ideb de 2015, Povedano assevera que apesar da grande variância entre valores empenhados, não há uma relação direta com os resultados observados. O trabalho realizado reforçou a suposição dos estudos de que o simples incremento de recursos financeiros não é capaz de gerar diferenças significativas.

O pesquisador afirma ainda que a adoção de práticas de gestão adequadas pode auxiliar na melhoria da eficiência do uso do recurso público e do desempenho dos estudantes. Aponta, por exemplo, em relação ao regime de trabalho, que o tipo de contrato aparentemente tem forte influência sobre o resultado dos alunos e da escola sendo necessário avaliar, criteriosamente, o modelo a ser adotado pelo município.

O trabalho propõe 55 boas práticas que podem auxiliar na melhoria do desempenho do aluno em leitura e escrita<sup>3</sup>.

---

Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-15042019-111757/pt-br.php>. Acesso em 30 de dez. 2023.



## 5. DETALHAMENTO DAS 5 PAUTAS PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO

### 5.1 PAUTA 1. CONCLUSÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA:

Instrumento primordial no campo do planejamento, um plano tem a função de guiar. Já na sua elaboração cumpre a função de promover a reflexão sobre o tema que aborda, partindo do diagnóstico e avançando com propostas que deverão ser parametrizadas e organizadas na linha do tempo. Ao convergir todas as ações esparsas interna e externa no caso da Primeira Infância, o Plano concentra força, atenção e direciona o recurso humano a fazer melhor uso do orçamento. Uma função estruturante de um plano é oferecer, a partir das metas, indicadores que possam ser acompanhados, monitorados e, quando for o caso, revistos.



5.1.1 Agregar os atores sociais devidos para a elaboração do documento unindo impreterivelmente as Secretarias de Assistência Social e de Saúde;

5.1.2 Aprovar e implementar o Plano Municipal da Primeira Infância;

5.1.3 Criar estratégias para zerar a fila de espera por creche, acompanhando as ações previstas no Plano Municipal de Educação;

5.1.4 Elaborar diagnóstico preciso para compreender a realidade social do público da Primeira Infância atendido pela Secretaria da Educação, com políticas específicas para as crianças em situação de maior vulnerabilidade

5.1.5 Oferecer elementos necessários de formação e atividades para os profissionais que atuam junto ao público da Primeira Infância;

5.1.6 Fazer parceria com organizações especialistas a fim de trocar experiência e aprimorar o conjunto de saberes já existente;

5.1.7 Preparar a infraestrutura física dos espaços de atendimento à Primeira Infância;

5.1.8 Acompanhar e monitorar o Plano com avaliações contínuas.



## 5.2 PAUTA 2. ELABORAÇÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA A GESTÃO DA EQUIDADE

O tema da equidade vem ganhando relevância e o debate sobre o mesmo tem mostrado tratar-se de um conceito de difícil compreensão. Não poucas vezes os interlocutores pensam estar abordando a equidade quando, na verdade, referem-se aos princípios da igualdade, o que são bases distintas. Enquanto igualdade significa oferecer as mesmas oportunidades para todas as pessoas, a equidade parte do pressuposto de que nem todos os indivíduos partem do mesmo ponto, fazendo-se necessário a criação de meios que avaliem as particularidades de cada atendido, neste caso, os estudantes da rede pública municipal de Ribeirão Preto. A partir desta compreensão, a proposta é a junção de esforços para a elaboração de um planejamento estratégico para a gestão da equidade.

- 5.2.1 Reconhecer o problema da rede a partir dos dados já existentes, muitos deles apresentados neste documento, para criação de estratégias de combate à desigualdade escolar;
- 5.2.2 Reconhecer as mudanças necessárias para a adoção do plano de gestão da equidade;
- 5.2.3 Avaliar a capacidade da rede para implementar, com seus recursos funcionais próprios, uma política de combate à desigualdade;
- 5.2.4 Prever, anualmente, metas para a gestão da equidade.
- 5.2.5 Priorizar recursos financeiros e recursos humanos para as unidades escolares em situação de maior vulnerabilidade social, mediante incentivos e atrativos para que a comunidade escolar seja fortalecida.

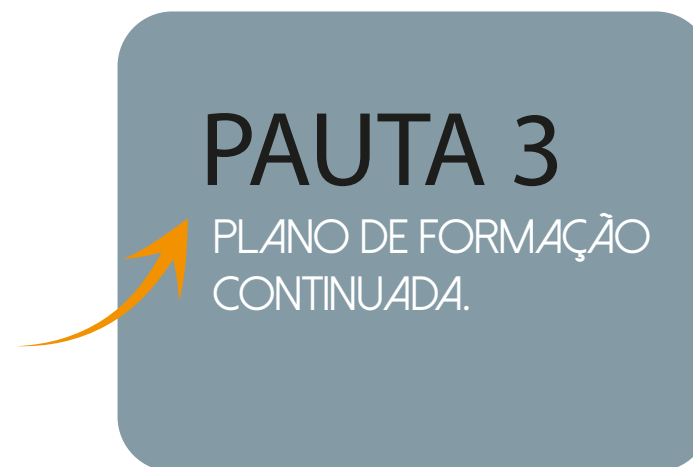
### PAUTA 2

PLANEJAMENTO  
ESTRATÉGICO PARA  
A GESTÃO DA EQUIDADE.

## 5.3 PAUTA 3. CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA QUE RECONHEÇA AS DIVERSAS REALIDADES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Que a partir do Centro Educacional Paulo Freire, iniciativa importante para a rede municipal de Ribeirão Preto, se possa, com a união de todos os esforços, preparar um Plano de Formação Continuada amplo e diversificado.

- 5.3.1 Reconhecer a demanda da rede a partir de escutas apuradas com os educadores;
- 5.3.2 Hierarquizar as ofertas após reconhecimento das demandas reprimidas em áreas específicas;
- 5.3.3 Prever em orçamento recurso para os avanços necessários;
- 5.3.4 Promover a formação com o apoio institucional necessário, também em nível de especialização, mestrado e doutorado.

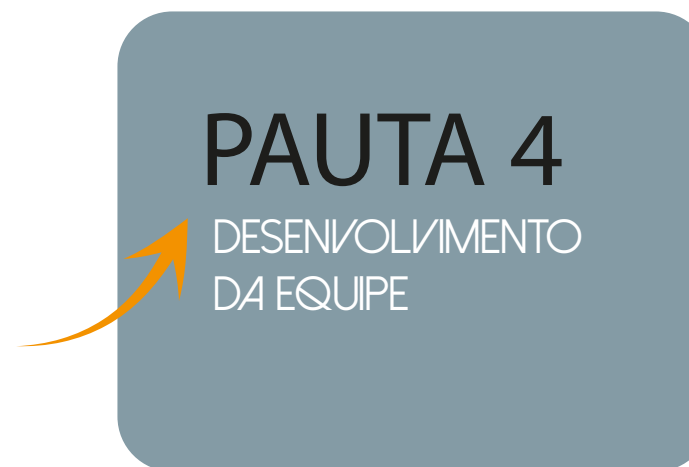


## 5.4 PAUTA 4. DESENVOLVIMENTO DA EQUIPE DA SECRETARIA PARA DESAFIOS DA GESTÃO

Uma equipe de trabalho eficaz é composta por profissionais talentosos, dotados das habilidades necessárias para enfrentar os desafios apresentados e com a capacidade de concretizar as metas estabelecidas. A proposta de desenvolvimento da equipe visa realizar uma avaliação abrangente, buscando o aprimoramento e valorização constantes da equipe existente.

Recomendações:

- 5.4.1 Reconhecer e valorizar habilidades e competências profissionais essenciais para fortalecer a secretaria, visando uma composição técnica mais robusta capaz de atender às demandas em constante evolução da pasta.
- 5.4.2 Implementar uma política de apoio e capacitação contínua para os profissionais que buscam aprimorar suas competências e adquirir novos conhecimentos.
- 5.4.3 Estabelecer mecanismos de incentivo que promovam a produtividade e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados.
- 5.4.4 Instituir uma banca examinadora para avaliar o desempenho, especialmente dos novos diretores, durante o período probatório, garantindo que apenas os profissionais que estejam devidamente preparados assumam suas funções permanentemente.
- 5.4.5 Aprimorar o setor de análise de dados educacionais da Secretaria de Educação, em linha com as recomendações da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do IEA-USP/RP, por meio de uma equipe especializada em geração, análise e divulgação de informações.
- 5.4.6 Rever o modelo de contratação de profissionais temporários, melhorando os critérios de distribuição e formação para garantir a excelência em toda a rede de ensino.



## 5.5 PAUTA 5. IMPLEMENTAR POLÍTICA DE MONITORAMENTO E TRANSPARÊNCIA, COM COM AMPLO ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES EM TODOS OS EIXOS DA EDUCAÇÃO, PUBLICIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS E RESULTADOS E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA DA COMUNIDADE ESCOLAR.

5.5 Pauta 5. Implementar POLÍTICA DE MONITORAMENTO E TRANSPARÊNCIA, com com amplo acompanhamento dos indicadores em todos os eixos da Educação, publicização de diagnósticos e resultados e participação democrática da comunidade escolar

5.5.1 Estabelecer um rol mínimo de indicadores a serem monitorados pela Secretaria de Educação, relativos a informações qualitativas e quantitativas estratégicas para o ensino de qualidade, e indicar a periodicidade e meios de monitoramento.

5.5.2 Criar, por meio de norma legal ou infralegal, a Estratégia Municipal de participação democrática da comunidade escolar, que verse sobre: reiteradas pesquisas de opinião junto ao corpo docente, discente e pais; mecanismos de compartilhamento de tomadas de decisão com a comunidade escolar, incluindo os conselhos de escola e Associações de Pais e Mestres (APMS); ampla transparência de indicadores de cada escola, incluindo mensuração de qualidade (como IDEB) e taxa de absenteísmo dos docentes.

5.5.3 Dar ampla publicidade a todo estudo realizado por meios próprios, contratados ou cedidos por terceiros, que verse sobre a qualidade da rede municipal de ensino, disponibilizando-os em seção específica do sítio oficial da prefeitura de Ribeirão Preto em prazo não superior a 180 dias do recebimento de sua versão final, podendo na divulgação efetuar a supressão de pontos sensíveis que infrinjam a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



5.5.4 Aprimorar os sítios oficiais de cada unidade escolar, disponibilizando informações estratégicas como as citadas no item 5.5.2, e outras como: perfil do corpo docente, plano pedagógico, plano de metas anual, informações básicas de infraestrutura, número de demandas solicitadas pela comunidade escolar e taxa de atendimento das mesmas, entre outros.

## Expediente

### Gestão 2018 - 2024

**Eduardo Marchesi Amorim**  
Presidente

**Maurílio Biagi Filho**  
1º Vice-presidente

**Dorival Balbino**  
2º Vice-presidente

**Henrique Furquim Paiva**  
Diretor Administrativo

**Silvio Contart**  
Superintendente

**Gabriela Rosa**  
Gestora de Projetos

**Ana Laura Pantoni**  
Relações Institucionais

**Consultores especialistas**  
**Adriana Silva**

Pós-doutora em Educação pela Unicamp

**Cristiano Pavini**  
Jornalista especializado em análise de dados

### Gestão 2024 - 2026

**Silvio Contart**  
Presidente

**André Ignacio**  
Vice-presidente

### Conselho Administrativo

Jose Moacir Marin  
Dirceu Chrysostomo  
Maurílio Biagi  
Adriana Silva  
André Ali Mere  
Heitor Massa  
Eduardo Amorim  
Henrique Furquim  
Maria Helena Cividanes  
Fabiano Gonçalves  
Alberto Borges Matias  
Marcio Minoru

**Gabriela Rosa**  
Diretora de Projetos

**Adriana Dorazi**  
Diretora de Comunicação  
e Relações Institucionais

## MANTENEDORES

Adilson Perdiza  
Alberto Borges Matias  
Américo Sakamoto  
André Balau  
André Biagi  
André Ignacio  
André Ali Mere  
Antônio Alecrim  
Antônio Trevisan  
Arnaldo Adams  
Brasil Salomão  
Chaim Zaher  
Celso Zanatto  
Claudio Campos  
Daniela Paiva  
Dimas Facioli  
Dorival Balbino  
Dirceu Chrysostomo  
Dulce Neves  
Edgard de Castro  
Eduardo Amorim  
Eduardo Junqueira  
Emílio Cury  
Fábio Carneiro  
Fábio Villas Boas  
Gerson Wey  
Guilherme Feitosa  
Heitor Massa  
Henrique Benedini  
Henrique Furquim

João Paulo Guimarães  
Jorge Sanchez  
José Batista  
José Rita Moreira  
José Roberto Neves  
José Rodini  
José Marim  
Marcelo Monteiro  
Marcelo Rossi  
Marcelo Schunn Junqueira  
Marcio Minoru  
Maria Helena Cividanes  
Mariana Balbo Biagi  
Maurílio Biagi  
Paulo Cesar Garcia Lopes  
Paulo Tadeu Rivalta  
Renato Fecchino  
Roberto Biagi  
Rodrigo Biagi  
Rodrigo Nóbrega  
Rodrigo Villas Boas  
Sandra Brandani  
Sérgio Cruz  
Silvio Contart  
Thiago Said  
Tulio Pagano  
Vincenzo Spedicatto  
Weimar Amorim  
Welson Gasparini Filho  
William Moura

